

MARIA JULIA SOUZA CHINALIA

**O SOFRIMENTO EMOCIONAL DE MULHERES
PRESAS POR FURTOS DE BAGATELA: ESTUDO
PSICANALÍTICO**

**PUC-CAMPINAS
2017**

MARIA JULIA SOUZA CHINALIA

**O SOFRIMENTO EMOCIONAL DE MULHERES
PRESAS POR FURTOS DE BAGATELA: ESTUDO
PSICANALÍTICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Psicologia como Profissão e Ciência.

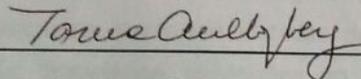
Orientadora: Professora Livre Docente
Tânia Maria José Aiello Vaisberg

**PUC-CAMPINAS
2017**

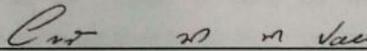
MARIA JULIA SOUZA CHINALIA

O SOFRIMENTO EMOCIONAL DE MULHERES
PRESAS POR FURTOS DE BAGATELA: ESTUDO
PSICANALÍTICO

BANCA EXAMINADORA



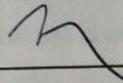
Presidente Professora Doutora Tânia Maria José Aiello-Vaisberg



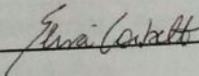
Professora Doutora Cristiane Maretti Marangoni Valli



Professora Doutora Marly Aparecida Fernandes



Professor Doutor Fabio Riemenschneider



Professora Doutora Elisa Corbett

PUC-CAMPINAS

2017

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t365.43 Chinalia, Maria Julia Souza.
C539s O sofrimento emocional de mulheres presas por furtos de bagatela:
estudo psicanalítico / Maria Julia Souza Chinalia. – Campinas: PUC-
Campinas, 2017.
111p.

Orientadora: Tânia Maria José Aiello Vaisberg.
Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de
Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui bibliografia.

1. Prisioneiras. 2. Sofrimento. 3. Furto. 4. Psicanálise. 5. Direitos
das mulheres. I. Vaisberg, Tânia Maria José Aiello. II. Pontifícia
Universidade de Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós-
Graduação em Psicologia. III. Título.

22. ed. CDD – t365.43

RESUMO

CHINALIA, Maria Julia Souza. *O Sofrimento Emocional de Mulheres Presas por Furtos de Bagatela: Estudo Psicanalítico*. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2017.

A presente pesquisa objetiva investigar o sofrimento emocional de mulheres presas por autoria de furtos de bagatelas. Justifica-se na medida em que pode lançar luz sobre as formas como condições sociais e economicamente desfavoráveis podem gerar efeitos subjetivos que se articulam com o envolvimento em atos legalmente condenáveis. A investigação se organiza metodologicamente por meio da abordagem psicanalítica das falas de mulheres que participaram, como entrevistadas, de um documentário nacional sobre o problema. Sucessivas exposições ao filme, acompanhadas pela transcrição das falas, permitiram a produção interpretativa de dois campos de sentido afetivo-emocional: “Cadê o Leite do Meu Neto?” e “Cadê o Tratamento?”. O primeiro apresenta caráter mais geral, enquanto o segundo deve ser considerado uma variação do anterior. Revisitados à luz de interlocução com outros autores, tais campos indicam a centralidade do fenômeno do desamparo social, que se veicula intimamente à injustiça derivada da pobreza e desigualdade social. Concluímos que as contribuições do pensamento winnicottiano, relativas à ligação entre privação e delinquência, podem ser proveitosamente revistas e ampliadas, no sentido de incluírem, de modo mais claro, não apenas carências afetivas mas também outras, de ordem material, causadoras de insegurança, desamparo e sentimentos de humilhação.

Palavras-chave: presidiárias, experiência emocional, sofrimentos sociais, documentário cinematográfico.

ABSTRACT

CHINALIA, Maria Julia Souza. *The Emotional Suffering of Women Arrested for Petty Larceny: Psychoanalytical Study*. 2017. Thesis (PhD in Psychology) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Post-Graduation Program in Psychology, Campinas, 2017.

This research aims to investigate the emotional distress of women arrested for petty larceny. It is justified by the possibility to shed some light on the ways social and economically adverse conditions may cause subjective effects that articulate with the involvement in legally reprehensible acts. The research is organized methodologically by means of the psychoanalytic approach of quotes by women who participated, as interviewees, of a Brazilian documentary about the issue. Repeated exposure to the film, accompanied by the transcription of the lines, have allowed the interpretive production of two fields of affective-emotional senses: "Where's My Grandson's Milk?" and "Where's The Treatment?". The first presents more of a general aspect, whilst the second must be considered as a variation of the previous. Revisited by the light of a dialogue with other authors, such fields indicate the centrality of the social helplessness phenomenon, which conveys intimately to the injustice originated from poverty and social inequality. We have concluded that the contributions of Winnicottian thought concerning the link between deprivation and delinquency may be usefully revised and extended in order to include, in a more clear way, not only affective, but other kinds of deprivation, such as material ones, that lead to insecurity, helplessness and feelings of humiliation.

Keywords: female inmates, emotional experience, social distress, documentary film.

RESUMÉ

CHINALIA, Maria Julia Souza. *La Souffrance Émotionnelle des Femmes Détenues Pour des Vols des Bagatelles: Étude Psychanalytique*. 2017. Thèse (Doctorat en psychologie) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programme De Troisième Cycle En Psychologie. Campinas, 2017.

Cette recherche présente une observation profonde sur la souffrance émotionnelle des femmes détenues pour vols de quelque chose insignifiante. Cette thèse vise à penser comment la condition sociale et la condition économique défavorable peuvent provoquer des effets subjectifs qui se combinent avec la participation dans l'actes juridiquement répréhensibles.

La recherche est organisée méthodologiquement par l'approche psychanalytique qui examinent les discours des femmes, lesquelles ont participé au documentaire national sur le problème. Expositions successives au film, accompagnés de transcriptions de discours, ont permis une production interprétative de deux champs affectif-émotionnels: «Où est le Lait de Mon Petit-Fils?» et «Où est le Traitement?». Le premier champ présente un aspect plus général, tandis que le second doit être considéré comme une variante du précédent. Par le dialogue avec d'autres auteurs, ces champs indiquent la centralité du phénomène de l'impuissance sociale, qui s'associe étroitement avec l'injustice dérivée de la pauvreté et de l'inégalité sociale. Nous concluons que les contributions de la pensée de Winnicott, en ce qui concerne la relation parmi la privation et la criminalité, peuvent être révisées et étendues pour intégrer plus clairement, non seulement les besoins affectifs, mais aussi des autres nécessités, comme le besoin d'ordre matériel, parce que cela provoque l'insécurité, l'impuissance et le sentiment d'humiliation.

Mots-clés: les prisonniers, l'expérience émotionnelle, la souffrance sociale, film documentaire.

"Tant qu'il existera, par le fait des lois et des mœurs, une damnation sociale créant artificiellement, en pleine civilisation, des enfers, et compliquant d'une fatalité humaine la destinée qui est divine ; tant que les trois problèmes du siècle, la dégradation de l'homme par le prolétariat, la déchéance de la femme par la faim, l'atrophie de l'enfant par la nuit, ne seront pas résolus ; tant que, dans de certaines régions, l'asphyxie sociale sera possible ; en d'autres termes, et à un point de vue plus étendu encore, tant qu'il y aura sur la terre ignorance et misère, des livres de la nature de celui-ci pourront ne pas être inutiles."

Victor Hugo, Les Misérables (1884)

AGRADECIMENTOS

Sou grata a meus pais, Elisabete Lourdes de Souza Chinalia e Nelson Sebastião Chinalia, por terem me ensinado a importância de uma formação pessoal e ética, bem como por tudo que representam em minha vida.

Agradeço a minha orientadora, Tânia Maria José Aiello Vaisberg, pela paciência e dedicação, que muito valorizo.-

Os colegas do Grupo de Pesquisa não podem ser esquecidos, pelo acolhimento, atenção e efetiva participação no caminho que percorremos para a realização desta pesquisa. Destaco, em especial, Rafael Aiello-Fernandes, Sueli Regina Gallo-Belluzzo e Marcela Teixeira Casacio-Ferreira, pelo tempo dedicado ao processo interpretativo deste trabalho.

Agradeço a Elisa Corbett por sua ajuda cuidadosa na revisão do texto, bem como pela grande amizade e apoio ao longo desta pesquisa.

Quero também expressar minha gratidão aos membros da banca de qualificação pelas contribuições valiosas para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a Wagner Galesco Novaes, artista e amigo, que deixou-se tocar pelos dramas apresentados no documentário, e produziu as ilustrações que ajudam o leitor a se transportar imaginativamente para as situações de vida que focalizamos.

Agradeço a Marina Santana Zorzetto e Helena Domingues de Oliveira pelos trabalhos de elaboração dos resumos traduzidos em língua inglesa e francesa, respectivamente. _

O acolhimento e suporte das funcionárias da Secretaria do programa não podem ser esquecidos, justificando o registro do meu agradecimento.

À Professora Doutora Vera Lúcia Trevisan de Souza, coordenadora do Programa, reservo a gratidão por todo o incentivo ao longo desta jornada.

Destaco, ainda, o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que viabilizou este trabalho por meio da concessão da bolsa que me permitiu a dedicação integral às atividades de pesquisa.

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
Delimitando o Problema de Pesquisa.....	14
Apresentando Pesquisas Recentes.....	30
Definindo Estratégias Metodológicas.....	43
Compartilhando o Material de Pesquisa.....	58
Apresentando Interpretações e Interloquções.....	72
Considerações Finais.....	99
Referências.....	102

APRESENTAÇÃO

Neste trabalho, pretendemos investigar a experiência emocional de mulheres que foram acusadas e presas por furtos de bagatela, vale dizer, de objetos de valor monetário irrisório. Focalizamos, desse modo, uma complexa problemática no âmago da qual se articulam pobreza, violência, questões de gênero, e envolvimento com atos delinquentes.

Acreditamos que o estudo desse fenômeno, por meio do desenho de pesquisa que adotamos, permite que nos posicionemos de modo privilegiado como observadores de diferenças de classes e dos sofrimentos sociais, bem como suas inevitáveis implicações. Nessa perspectiva, entendemos que o furto de bagatela, e o tecido social que o envolve, merecem ser estudados tanto pelo que são, efetivamente, quanto porque descortinam modos como são considerados os dramas vividos por aqueles que vivem em situação de grave penúria social:

O sofrimento estaria presente nos sentimentos de isolamento social, de perda, de sentimentos aliados à depressão, ansiedade, culpa, humilhação e estresse. As pessoas sofrem quando há estados de privação material, com a perpetuação da injustiça social e com a perda da liberdade em todas as suas formas e expressões. (Werlang e Mendes, 2013).

Entendemos que o envolvimento em atos delinquentes, bem como a consequente pena de privação de liberdade, correspondendo a condutas humanas, são fenômenos complexos e multideterminados. Desse modo, consideramos que merecem ser estudados pelas diferentes ciências humanas. A psicologia traz uma contribuição importante quando focaliza a experiência emocional de sofrimento à luz das determinações sociais, culturais, políticas e históricas.

Essa investigação se organiza por meio da abordagem psicanalítica do documentário nacional "Bagatela" (2010) e se insere, metodologicamente, num conjunto de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito de nosso Grupo de Pesquisa PUC-Campinas/CNPq "Atenção Psicológica Clínica em Instituições: Prevenção e Intervenção", que têm como objetivo pesquisar sofrimentos emocionais de pessoas que, inseridas em contexto de precariedade, vivenciam situações de desamparo, humilhação e injustiça (Renault, 2004/2010). Pretendemos, a partir dela, produzir conhecimento psicológico que consiste, precisamente, na criação/encontro dos campos de sentido afetivo-emocional a partir dos quais emergem as condutas das mulheres estudadas, lembrando que todo acontecer humano ocorre em contextos sociais, históricos, culturais e geopolíticos.

Esperamos, deste modo, realizar um trabalho que possa vir a ser útil para a superação de situações de injustiça social, discriminação e exclusão. A complexidade da problemática aqui focalizada nos convoca, portanto, em duas vertentes. A primeira delas é a intenção de que o nosso trabalho seja capaz de contribuir efetivamente na proposição de enquadres diferenciados, dedicados tanto à prevenção quanto à intervenção psicológica nestes casos. Entretanto, reconhecemos que o contexto social, geopolítico, econômico e histórico no qual tem lugar este fenômeno é fundamental na sua produção. A segunda diz respeito ao nosso desejo de que esse doutorado, contribuindo para a diminuição da invisibilidade do sofrimento subjacente ao fenômeno, possa também ser acessado por outros cientistas sociais, bem como por pessoas da área da Psicologia, do Direito, da Sociologia, entre outros, além de ativistas de

movimentos sociais e pela sociedade civil, tendo em vista fornecer subsídios para debates que consideramos fundamentais.

Este volume está organizado em cinco capítulos.

O leitor encontrará, no primeiro capítulo, intitulado "Delimitando o Problema de Pesquisa", considerações divididas em três eixos: sobre o encarceramento como prática social, sobre o encarceramento de mulheres e, finalmente, sobre a problemática do furto de bagatela.

O segundo capítulo é dedicado à revisão sistemática da literatura científica sobre o tema, onde apresentamos o debate em que insere esta pesquisa. Um processo de trabalho, que nos apontou para certas palavras-chave, permitiu um vislumbre suficiente sobre como se tem feito a abordagem de pesquisa sobre a experiência emocional de mulheres na prisão.

As estratégias metodológicas utilizadas são fundamentadas e descritas no terceiro capítulo. Correspondem ao emprego do método psicanalítico como abordagem qualitativa em pesquisas empíricas, não se confundindo, como se verá, com aplicação de conceitos teóricos psicanalíticos. Tal abordagem se fundamenta na consideração de que o método psicanalítico é único na produção de material clínico e de pesquisa, podendo dar origem tanto a teorizações metapsicológicas como a teorizações compreensivas, cabendo esclarecer que optamos pela última alternativa.

Uma transcrição integral dos depoimentos nos quais se apoia esta pesquisa é apresentada no quarto capítulo, intitulado "Transcrevendo as Falas". Não acreditamos que sua leitura possa substituir a exposição ao

documentário onde tais falas aparecem, mas que possa servir de apoio para acompanhar as interpretações e reflexões que trazemos.

O quinto capítulo é dividido em duas partes. A primeira, bastante sucinta, é dedicada a caracterizar nitidamente os campos de sentido afetivo-emocional criados/encontrados neste trabalho. Adotamos, assim, definições minimalistas tendo em vista nossa intenção de chegar aos elementos estruturantes básicos dos campos. Na segunda parte, retomamos nossas interpretações à luz do pensamento de autores que se ocuparam de questões nelas contidas, num processo que temos denominado interlocuções reflexivas. No presente caso, D.W. Winnicott se revelou um interlocutor teórico privilegiado.

CAPÍTULO 01

DELIMITANDO O PROBLEMA DE PESQUISA

Este capítulo, dedicado à introdução da problemática que estamos focalizando, está dividido em três partes. A primeira delas, intitulada "O Encarceramento como Prática Social" contém considerações preliminares, que incluem dados fornecidos pelo Ministério da Justiça do Brasil sobre a população encarcerada, que articulamos com contribuições de autores dedicados a temas como reabilitação, reincidência criminal e racismo.

A segunda parte deste capítulo, que tem como subtítulo "O Encarceramento de Mulheres", está organizada de modo a expor dados estatísticos sobre a população carcerária feminina no Brasil. Finalizamos esta seção com as considerações de Angela Davis e Gina Dent (2003). Encerramos este capítulo com o subtítulo "Crime de Bagatela: Conceito e Contexto", onde procuramos situar o leitor com relação à definição conceitual dos crimes de furto de objetos de valor irrisório, trazendo algumas contribuições pertinentes do Direito Penal, bem como considerações que ilustram como este tipo de delito é encarado na prática no Brasil.

O ENCARCERAMENTO COMO PRÁTICA SOCIAL

A problemática do furto de bagatela e do encarceramento de mulheres se configura como uma temática complexa, geradora de muito sofrimento humano. Mobilizou, ao longo da história, reflexões por parte de várias ciências humanas, tais como o direito, a enfermagem, a psicologia, e a sociologia, o que nos parece correto na medida em que esta temática envolve realidades multifacetadas, nas quais interferem questões políticas, históricas, econômicas, culturais e psicológicas, estreitamente ligadas ao impacto do cultivo do individualismo e de valores consumistas. Nesse contexto, visamos trazer

aportes, no sentido de produção de conhecimento, que se fundamentam a partir da perspectiva da psicologia psicanalítica concreta (Bleger, 1963; Politzer, 1928).

Partindo da consideração de que os seres humanos coexistem inseridos em contextos específicos e que sua conduta não pode ser compreendida fora das situações concretas que os rodeiam (Bleger, 1963/1989), interessamo-nos pelo desenvolvimento de estratégias investigativas que, obedecendo aos pressupostos psicanalíticos, possam colaborar para a elucidação dos efeitos subjetivos de questões de cunho social. Dessa forma, participamos da construção de proposições psicológicas, teóricas e práticas, que se elaboram fora de enquadres de atendimento.

Tendo em vista focalizar a complexidade das questões que nos interessam neste trabalho, cabe trazer, neste momento, reflexões sobre as condições sociais nas quais estes quadros ocorrem.

De acordo com o relatório mais atual do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), que data de junho de 2014, existem, no Brasil, 607.731 pessoas encarceradas, o que representa uma taxa de ocupação de 161% da capacidade do sistema penitenciário nacional. Na prática, em um espaço concebido para acomodar dez pessoas, existem por volta de dezesseis apenados.

É importante levar em conta que a situação dos presídios ao redor do mundo parece ser preocupante, uma vez que mesmo nos países mais ricos, como os Estados Unidos, uma faixa considerável da população vive em condições socioeconômicas desfavoráveis. Levando isso em conta, o Infopen

(2014) faz um comparativo das populações carcerárias ao redor do mundo com relação àquela observada no Brasil. Atualmente, nosso país fica em quarto lugar entre aqueles com maior número de indivíduos presos - trezentos a cada cem mil habitantes - a saber: Estados Unidos (698 presos a cada cem mil habitantes), China (119 presos a cada cem mil, levando-se em conta a alta densidade demográfica deste país), e Rússia (468 a cada cem mil habitantes).

Outro aspecto que merece destaque neste momento é o fenômeno da prisão que acontece antes do julgamento. Quando comparado a esses mesmos países, o Brasil possui a maior taxa de presos sem condenação, vale dizer, 41%. Isso significa que aproximadamente quatro entre dez indivíduos encarcerados estão presos sem sequer terem sido julgados. Ainda de acordo com o Infopen (2014), observa-se que o encarceramento provisório, que evidentemente inclui pessoas que poderão vir a ser inocentadas após julgamento, tem crescido como prática recorrente em todo o mundo. Esta realidade contribui para a superpopulação das instituições carcerárias e para a exposição de um número cada vez maior de pessoas às consequências do encarceramento, o que resulta, entre os óbvios prejuízos à saúde psicológica, num estigma que será carregado ao longo de toda a vida desta população, sendo absolutamente duvidoso que tal quadro venha a contribuir para a desejável diminuição dos índices de criminalidade.

A etnia da população encarcerada é outro dado merecedor de atenção: dois em cada três indivíduos presos, em nosso país, são negros. A porcentagem de afrodescendentes no sistema carcerário brasileiro é de 67%, proporção significativamente maior do que a que se observa na população brasileira como um todo, 51% (Infopen, 2014).

Desigualdades socioeconômicas pronunciadas refletem-se, compreensivelmente, em dificuldades importantes no acesso à instrução. Atualmente, o grau de escolaridade da população carcerária nacional é extremamente baixo, pois aproximadamente oito em cada dez pessoas presas frequentaram apenas o ensino fundamental. No Brasil, metade da população não cursou ou não completou ensino fundamental.

Como se vê, o ambiente prisional expressa as condições de desigualdade que predominam na nossa sociedade. É importante destacar que, a nosso ver, esta correlação não deve de forma alguma ser interpretada como um indício de que as pessoas desfavorecidas tenderiam mais facilmente à criminalidade. Tal raciocínio é evidentemente superficial e errôneo, conduzindo a uma visão de criminalização da pobreza (Silva, 2010), num discurso reducionista, que se faz como eco de ideologias autoritárias e conservadoras. Entretanto, não podemos deixar de considerar que condições de enormes desigualdades, geradoras de situações de grave precariedade social e econômica, são fonte de humilhação e sofrimento, que podem contribuir de forma decisiva para a entrada numa trajetória delinvente (Feijó e Assis, 2004). Tal fenômeno, inegavelmente disfuncional, do ponto de vista social, pode inclusive ser considerado como uma busca, certamente infeliz e desastrada, de um bem fundamental que é a justiça, como ensinam Mahfoud (2012) e Giussani (2009).

Entretanto, parece-nos fundamental ressaltar que as atuais práticas carcerárias mesmo invocando, no registro discursivo, os objetivos de reabilitação e ressocialização, estão muito distantes de cumpri-los, prestando-

se, ao contrário, como formidável barreira para uma integração social daquele que se torna egresso.

Tal fato se torna se torna compreensível quando nos apercebemos de que efetiva recuperação do apenado esbarra com impossibilidades de ordem estrutural, que se articulam intimamente com imaginários segundo os quais comportamentos delinquentes seriam frutos diretos do caráter individual de cada um, concebido como fenômeno natural, abstrato e descolado das condições concretas de vida (Bleger, 1963). Nessa linha, a reabilitação também dependeria exclusivamente da transformação pessoal, isolada, fruto do livre-arbítrio individual, daquele que teria passado, com boa vontade, por processo de cunho socioeducativo. Nessa linha imaginativa, de clara utilidade ideológica, a ordem social vigente nunca é questionada, o que é perfeitamente compreensível visto que os grupos que usufruem de situações privilegiadas atuam no sentido de sua manutenção pura e simples.

Por outro lado, não queremos deixar de frisar que consideramos que o discurso da educação, dentro do cárcere, ainda é preferível a outros que visam legitimar a lógica da prisão reduzindo-a à pura e simples punição de indivíduos (Silva, 2005).

É importante destacar que, na medida em que a criminalidade ameaça a segurança pública, a resposta social operacionalizada pelo sistema judiciário, com a consequência do encarceramento em massa, apresenta-se sob o viés da proteção dos cidadãos "de bem" (Bauman, 2006). No entanto, é nosso dever reconhecer que a lógica que subjaz ao encarceramento do criminoso é fruto de um imaginário segundo o qual existiriam, de um lado, seres humanos

inerentemente maus, capazes de todas as atrocidades, e do outro, as pessoas decentes, que vivem dentro da lei (Bleger,1963/1989). No interior desta lógica, o objetivo seria separar os dois tipos de seres humanos, seja pela via do confinamento prisional, pelo banimento e expulsão de um espaço territorial ou, como ocorre em muitos países, pela pena de morte. Claro está que tal ideia, de contornos claramente paranoides, escamoteia de modo ingênuo a complexidade da vida humana pela via da adesão aos mitos do homem natural, abstrato e isolado das condições sociais, que Bleger (1963) apresentou com propriedade na sua proposta de uma psicologia concreta psicanalítica, perspectiva sobre a qual fundamentamos nosso trabalho.

Importante aspecto a ser aqui considerado é o da reincidência criminal, comportamento que a prisão parece reforçar, dado o tipo de rotina ali vigente, que inclui a superlotação nas celas, a imposição de limites de forma opressora e uma configuração que torna propício o abuso de poder. Autores como Mariño (2002) destacam que o fenômeno da recaída no crime apresenta uma importância chave para a compreensão da dinâmica do aprisionamento. A seu ver, tal problema reflete de maneira muito clara o fracasso do dispositivo prisional como facilitador de reabilitação. Na mesma linha, Cristina Rauter (2007) afirma que a prisão favorece a produção de criminalidade, contrariando de forma radical a perspectiva da reabilitação de detentos, destacando que o discurso que enaltece a disciplina como fator positivo, na compreensão e aceitação de valores morais e da lei, não se sustenta diante dos fatos. Na realidade, o fracasso da prisão em seus moldes atuais tem sido admitido até mesmo por profissionais e atores sociais do aparato judiciário, penitenciário e

policial. Aparentemente, a prisão parece gerar como subproduto a reincidência e uma criminalidade crônica da qual não parece ser possível escapar.

Neste ponto, parece oportuno lembrar das colocações de um importante interlocutor, cujo trabalho aborda os sofrimentos gerados pelo racismo: Frantz Fanon (1952/2008). Suas contribuições nos parecem muito significativas no contexto prisional brasileiro, uma vez que os afrodescendentes, vítimas do racismo, majoritariamente posicionadas nas camadas subalternas da população, representam parcela expressiva dos detidos. Como se sabe, o Brasil foi o país que mais recebeu africanos escravizados nas Américas, culminando, desse modo, numa hierarquia social veladamente organizada por critérios de cor (Alencastro, 2010; Aiello-Fernandes et. al., 2014) Assim, não nos surpreende constatar que o efeito da opressão ao negro, em função do sofrimento social pelo qual é atingido, gerando sentimentos de desamparo, humilhação e injustiça, muitas vezes resulte na adoção de comportamentos delinquentes e em encarceramento. Certamente, esse é um importante e vasto assunto, cujo desenvolvimento nos afastaria da tarefa a que aqui nos propomos.

O ENCARCERAMENTO DE MULHERES

Em comparação com outros países, o Brasil possui a quinta maior população feminina encarcerada do mundo (37.280 detentas), ficando atrás dos Estados Unidos (205.400), China (103.766), Rússia (53.304) e Tailândia (44.751). A tendência de crescimento da população feminina nas prisões brasileiras alcançou, desse modo, certa visibilidade, o que fez com que o

Ministério da Justiça do Brasil, em 2014, elaborasse um relatório de dados penitenciários exclusivo para o gênero feminino, o Infopen Mulheres (2014).

De acordo com o relatório, o tráfico de entorpecentes é responsável por 68% das prisões. Replicando as condições encontradas no relatório geral do Infopen (2014), 30% das mulheres presas ainda estão em situação provisória, ou seja, sequer foram julgadas. Na região Nordeste do Brasil, a situação se agrava: 99% das mulheres encarceradas aguardam julgamento, contrastando com a realidade do Sudeste, onde esse número cai para 9%. A respeito da escolaridade dessa população, metade possui o ensino fundamental incompleto, e 4% são analfabetas. Os dados disponíveis sobre a etnia das mulheres encarceradas indicam a mesma tendência que se observa na população masculina: duas em cada três presas são negras, totalizando 67% (Infopen Mulheres, 2014).

Diante de todos estes dados, consideramos de suma importância reconhecer a relevância deste fenômeno, que é o aprisionamento de uma população feminina vulnerável, inserida em um segmento igualmente vulnerável, o da população encarcerada. Reconhecidamente, cai sobre a figura feminina uma reprovação moral e um julgamento mais severos, que se estendem para além do crime praticado, tornando a pena de privação de liberdade muito mais sofrida e humilhante para estas mulheres.

Apoiamo-nos, neste momento, sobre o trabalho de Angela Davis e Gina Dent (2003) para enriquecer a discussão deste fenômeno. Justificamos esta escolha tanto pela importância que lhe é reconhecida por militantes de movimentos sociais tanto por estudiosos do meio acadêmico. Entendemos que

esse debate, aqui, pode ser bastante útil. Essas autoras fazem parte de um movimento denominado Resistência Crítica, que objetiva estudar a natureza das práticas atuais de encarceramento, e se propuseram a elaborar uma articulação entre o dispositivo punitivo e a globalização, trazendo também reflexões sobre gênero e etnia. O trabalho foi feito a partir da visita a um grande número de instituições penitenciárias, localizadas em diferentes regiões do mundo todo, o que permitiu chegar à conclusão de que a prisão deve ser considerada como instituição de caráter predominantemente colonizador. Ao entrar em contato com a realidade vivida pelas mulheres na prisão, Davis e Dent (2003) concluíram que delinquência e encarceramento são fruto da desorganização e do caos da sociedade capitalista neoliberal.

Apontando, inclusive, para o fato das prisões femininas serem muito parecidas, mesmo quando consideradas em países distintos, como Brasil e Estados Unidos, sugerem as autoras que as semelhanças seriam motivo de preocupação, uma vez que indicariam a prevalência de um conceito universal sobre o ser mulher, descolado das condições concretas de existência, que legitimaria práticas generalizadas de opressão.

Davis e Dent (2003) destacam também a importância de estudos que gerem conhecimentos sobre as mulheres encarceradas. Tomando como ponto de partida a reconhecida inferioridade da mulher na dinâmica capitalista contemporânea, as autoras atentam para o fato de que é expressiva a presença de mulheres migrantes em situação ilegal nas prisões europeias, buscando, nestes lugares, melhores condições de vida. Desse modo, é fácil notar que a caracterização da "presidiária comum", ou seja, usuária de drogas,

com baixo nível de educação, serve de modo a ocultar determinações de cunho social mais importantes.

Por outro lado, as autoras chamam ainda a atenção para os moldes de privatização das prisões no mundo capitalista, onde as empresas contratam funcionários utilizando um discurso supostamente ético e inclusivo quando, na prática, seguem optando por políticas de caráter controlador e repressivo nesses ambientes.

Consideramos que este estudo evidencia de modo convincente que o fenômeno do encarceramento de mulheres apresenta particularidades que devem ser levadas em consideração, caso estejamos genuinamente preocupados e eticamente comprometidos com a mudança de tais práticas sociais. Desse modo, as prisões só podem ser consideradas se forem levadas em conta a partir do contexto do capitalismo, da globalização e das questões de gênero. A nosso ver, trata-se de uma contribuição fundamental na medida em que coloca o fenômeno do encarceramento de mulheres sob uma ótica lúcida e crítica.

CRIME DE BAGATELA: CONCEITO E CONTEXTO

Consideramos oportuno, neste momento, apresentar ao leitor o terceiro aspecto sobre o qual nos debruçamos para desenvolver este estudo. Trata-se da prática de furtos de objetos de valor irrisório, denominados no campo do direito como "furtos de bagatela", que se definem por meio do "princípio da insignificância". Não pretendemos, neste momento, esgotar o tema, mas

realizar um recorte que traga informações pertinentes à realidade psicológica e social que nos propusemos investigar.

O primeiro conceito a ser apresentado para a compreensão deste fenômeno é o princípio da insignificância, matéria da qual se ocupa o direito penal. Este princípio tem suas raízes na Roma antiga, pautado na noção de que os magistrados não deveriam debruçar sobre questões insignificantes. De acordo com Martins e Gonçalves (2010), o princípio da insignificância ganhou força no direito penal a partir da segunda guerra mundial, período que foi marcado pela escassez de recursos básicos, o que levou à eclosão de práticas de furto de pequenas posses, necessárias à sobrevivência. Claus Roxin (1960), abordou a aplicabilidade deste princípio e, desde então, fundamentando a ideia de que este tipo de crime, ou seja, a apropriação indébita de itens de valor mínimo, não seja passível de punição, uma vez que a lesão que causam seria insignificante (Martins e Gonçalves, 2010).

No entanto, parece não haver um consenso, no âmbito do direito penal, no que diz respeito à definição e aplicabilidade do princípio da insignificância. O julgamento de crimes deste tipo parece culminar, na prática, tanto em punições mais severas quanto em outras, mais brandas, ou mesmo em absolvição (Moraes, 2011). De acordo com Martins e Gonçalves (2010), a diretriz de que um pequeno furto não deve ser punido com a pena privativa de liberdade ainda provoca grandes divergências em todo o território brasileiro no que diz respeito à sua aplicabilidade. Não é difícil perceber, portanto, que essa temática motiva difíceis controvérsias, tanto na teoria quanto na prática, entre teóricos e profissionais de direito. No entanto, existe convergência no reconhecimento de que o princípio da insignificância vem sendo usado como instrumento para

desafogar tanto o dispositivo judiciário brasileiro, quanto as instituições penitenciárias, via de regra bastante sobrecarregadas (Moraes, 2011; Martins e Gonçalves, 2010; Dias, 2009; Sandro, 2003).

Na prática, as pessoas que cometem pequenos furtos parecem ficar à mercê do aparato judiciário e de seus agentes, uma vez que o princípio da insignificância não se configura como uma instrução formal e não se encontra previsto nas leis nacionais (Sandro, 2003). Na verdade, não podemos ignorar uma certa resistência, por parte do poder judiciário, à observação do princípio de insignificância, que certamente reflete posturas existentes também na sociedade civil. Entretanto, chamamos atenção para o fato de que a própria ocorrência de um crime dessa dimensão, que se define pela subtração ilegal de itens de pequeno valor, no ponto de vista de vida das classes médias e abastadas, merece ser visto como reflexo de uma sociedade que enfrenta profundas desigualdades socioeconômicas.

Diante de tal quadro, pensamos poder contribuir como psicólogos/psicanalistas para a melhor compreensão deste complexa problemática, tendo em vista a busca de transformações. Nesse sentido, a pesquisa sobre a experiência emocional de mulheres presas por pequenos furtos nos parece fundamental, justamente porque permite que nos debrucemos sobre a consideração de campos de sentido afetivo-emocional a partir do qual emerge sofrimento socialmente determinado. Deste modo, tanto abordamos uma situação específica, que demanda mudança social, como nos aproximamos de pesadas problemáticas que, atingindo parcelas oprimidas da população, agredem profundamente a dignidade humana. Nesse sentido vale lembrar que Bleger (1963), considerando que a conduta deve ser estudadas

por todas as ciências humanas, defende a importância da consideração de um registro axiológico, vale dizer, de princípios éticos que norteariam a vida em sociedades pautadas na justiça e na solidariedade.

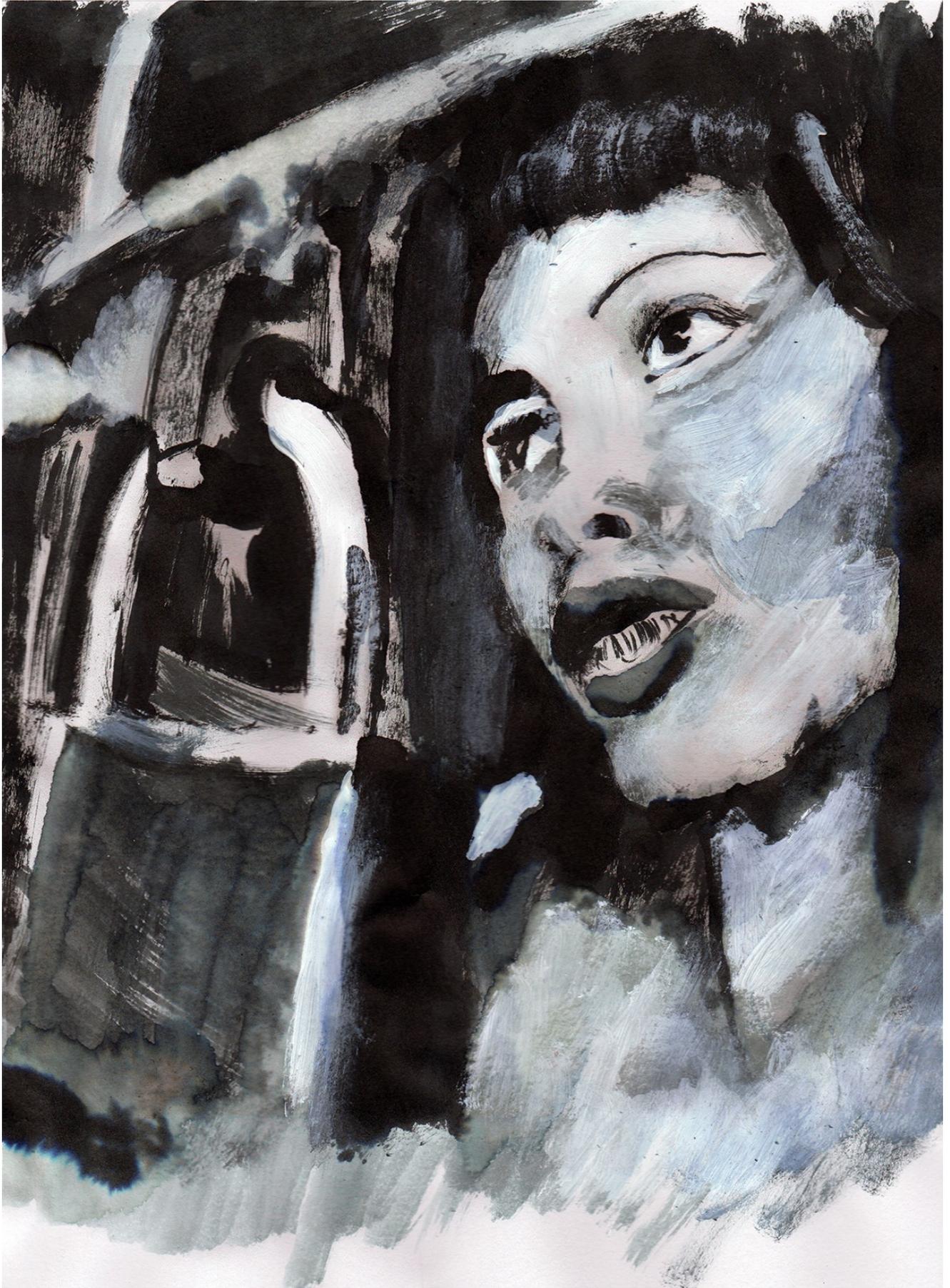
Tencionamos, portanto, realizar um trabalho que nos permita a focalização da experiência emocional de mulheres que vivem ou viveram experiência de encarceramento por furtos de bagatelas, uma vez que consideramos fundamental e ético que suas vozes sejam ouvidas (Gilligan, 1982). Pretendemos alcançar uma satisfatória compreensão dos campos de sentido afetivo-emocional, eventualmente não conscientes, que subjazem às suas comunicações.

Na medida em que reconhecemos estas mulheres não apenas como praticantes de atos delinquentiais, mas também como vítimas de um sistema opressor, defendemos a realização de estudos que se aproximem maximamente de suas condições concretas de vida, dentro e fora das prisões. Entendemos que este objetivo pode ser atingido de duas formas: via acesso direto à população carcerária feminina ou através do estudo de produções culturais que focalizem estas condições. Optamos, no momento, por utilizar uma produção cultural, principalmente por consideramos que, muitas vezes, um contato profundo com diferentes formas de sofrimento humano pode ser estabelecido por meio do teatro, da literatura, do cinema, da música e outras artes, na medida em que estas vias permitem que nos posicionemos de modo menos defendido diante de situações muito penosas (Aiello-Vaisberg e Machado, 2005)¹

¹ Esta ideia presidiu durante três décadas o ensino de psicopatologia no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, favorecendo experiências de aprendizagem significativa (Aiello-Vaisberg, 1999; Aiello-Vaisberg e Machado, 2005).

Neste momento, queremos chamar a atenção do leitor para uma forma singular de produção cultural, o documentário cinematográfico, que pode se centrar, como sabemos, em entrevistas. Nesse gênero de cinema, a representação dramática é substituída por um registro de caráter próximo ao jornalismo, onde os entrevistados podem ser instados a se manifestar sobre variados assuntos e inclusive expor suas próprias vidas. Ao fazer uso de documentários, renunciamos, como pesquisadores, à posição de entrevistador para assumir o papel de plateia, estabelecendo uma relação transferencial peculiar e diversa (Arós e Vaisberg, 1999). Tal mudança é potencialmente muito rica, do ponto de vista metodológico, quando somos versados no uso do método psicanalítico. Na verdade, talvez caiba afirmar que, desvencilhados da necessidade de ajudar de modo imediato um paciente, encontramos-nos em posição privilegiada para sermos impactados pelo seu sofrimento.

Muitos temas humanos, a nosso ver, podem ser interpretados e estudados com consistência através de documentários, inclusive os que aqui nos interessam. Desse modo, consideramos esse um modo proveitoso de alcançar o objetivo de estudar a experiência emocional de mulheres detidas por autoria de furtos de bagatela que, como sabemos, vivem sob condições de importante sofrimento social.



CAPÍTULO 02
APRESENTANDO PESQUISAS RECENTES

Apresentamos e discutimos, no presente capítulo, revisão de literatura científica sobre a condição emocional de mulheres encarceradas ou egressas do sistema prisional. Deste modo, informaremos sobre o que vem sendo considerado em pesquisas empíricas, realizadas entre 2009 e 2016, por pesquisadores que se tem interessado por produzir conhecimento sobre esse tema.

REALIZANDO LEVANTAMENTO DE ARTIGOS

Em termos metodológicos, organizamos nossa revisão realizando, primeiramente, um levantamento bibliográfico de artigos nacionais e internacionais publicados no período entre 2009 e 2016 em periódicos eletrônicos incluídos em duas bases: PubMed (US National Library of Medicine) e SciELO Brasil (Scientific Electronic Library Online).

Justificamos estas escolhas pelo fato dessas corresponderem a bases que abrangem diversas áreas do conhecimento científico, além de serem reconhecidas em virtude de suas exigências e permitirem acesso direto a textos integrais gratuitos. Valorizamos tal critério de seleção tanto por motivos pragmáticos, na medida em que os textos de acesso sem pagamento correspondem aos que são efetivamente mais utilizados, como por motivos ético-políticos, na medida em que pensamos que o saber não deve ser tratado como mercadoria e que todo conhecimento deve ser maximamente socializado.

Pesquisadores que não costumam trabalhar com a base PubMed tendem a pensar que os artigos publicados ali seguem todos um modelo médico de produção de conhecimento. Tal impressão se deve à história da

própria base, que pertence à Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos e se limitava, em seus primórdios, a artigos estritamente biomédicos. Entretanto, a PubMed evoluiu e amadureceu no sentido de, inclusive, acolher um grande número de trabalhos que criticam de modo fundado a medicalização de problemas que têm suas raízes no contexto sócio histórico, do que resultou importante abertura para trabalhos de alta qualidade produzidos na interface entre as ciências da saúde e as ciências humanas e sociais. Por outro lado, sua herança médica pode inclusive ser positiva, uma vez que contribui fortemente para que agregue, atualmente, importantes periódicos voltados ao estudo de sofrimentos sociais.

A base SciELO é um diretório de publicação eletrônica que trabalha colaborativamente com diversos periódicos científicos. Tem a preocupação de responder às necessidades de circular estas publicações entre os países em desenvolvimento, especialmente América Latina e Caribe, proporcionando visibilidade e acesso universal à literatura científica nestes lugares, que tradicionalmente enfrentavam barreiras nesse sentido. O modelo SciELO é produto da cooperação entre a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, que são instituições voltadas à comunicação do saber científico. Opera regularmente desde 1998 e, desde 2002, passou a contar também com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Voltando ao processo de revisão, realizamos as buscas em artigos internacionais (Base PubMed) usando as palavras chave "Women in Prison" e "Women + Emotional" ("Mulheres na Prisão" e "Mulheres + Emocional"). As

buscas em artigos nacionais na base SciELO foram feitas utilizando os descritores "Mulheres + Prisão + Emocional". A partir destes passos, procedemos, então, a uma leitura sistemática dos artigos selecionados, adotando como guia a estrutura composta por objetivos, metodologia, procedimentos de coleta, procedimentos de registro, modos de interpretação, resultados encontrados e interpretação dos resultados.

Fixamos, como faixa temporal de pesquisa, um intervalo de sete anos. Optamos por um alargamento do período de cinco anos, usual em pesquisas de doutorado no campo da psicologia, porque supusemos que o retorno de artigos se daria em número baixo, o se confirmou de fato.

DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS ENCONTRADAS SOBRE O NOSSO TEMA

A primeira busca foi organizada na base PubMed, utilizando as palavras chave "Women in Prison" e "Women in Prison + Emotional". Obtivemos uma lista de 14 artigos. Entretanto, três dos artigos que constavam na lista com texto integral gratuito se encontravam inacessíveis no momento em que esta pesquisa foi realizada. Posteriormente, tentamos acessar esses três artigos faltantes em outros momentos, tendo em vista testar se nos encontrávamos diante de uma falha temporária do funcionamento da base. Contudo, apesar de nossos cuidados, retomando a base em momentos distintos, não logramos êxito. Por esse motivo, trabalhamos com apenas 11 artigos do PubMed.

Apresentamos, a seguir, o quadro 01, no qual apontamos quantos artigos foram encontrados a partir de cada palavra chave pesquisada:

Quadro 01.

Busca pelas possíveis palavras chave	Número de artigos com texto integral na base PubMed
Women in Prison	205
Women in Prison+ Emotional	11

Como se pode notar, constatamos que cerca de 7% do total de artigos sobre mulheres na prisão, da PubMed, incluem a abordagem da dimensão emocional.

A segunda busca foi organizada na base SciELO, utilizando as palavras chave "Mulheres + Prisão" e "Mulheres + Emocional" e Apresentamos, a seguir, o quadro 02, no qual apontamos quantos artigos foram recuperados a partir de cada palavra chave pesquisada.

Quadro 02.

Busca pelas possíveis palavras chave	Número de artigos total encontrado na base SciELO
Mulheres + Prisão	7
Mulheres + Emocional	1

A busca nesta segunda base não demandou discriminação entre artigos com texto integral disponível, uma vez que todos os trabalhos inseridos no site têm essa característica. No entanto, encontramos apenas um artigo nesta lista que dizia respeito ao nosso tema de estudo, e um artigo repetido, constando no resultado com os descritores "Mulheres + Emocional". Deste modo, ficamos

apenas um trabalho. Percebe-se, aí, cerca de 14% do total dos artigos sobre mulheres na prisão inclui a consideração da dimensão emocional.

Levando em conta que nosso interesse se concentra em artigos empíricos, que investiguem a dimensão emocional da vida de mulheres na prisão, havemos por bem desconsiderar o conjunto de produções em que a questão psicológica não foi estudada. Desse modo, selecionamos um *corpus* composto por 10 artigos obtidos na PubMed e um artigo acessado por meio da SciElo, perfazendo um total de 11 artigos. O artigo descartado versava sobre a incidência de tricomoníase entre mulheres presas nos Estados Unidos.

No quadro a seguir, descrevemos título, autores e objetivos dos trabalhos selecionados.

Quadro 03.

	Título	Autores	Objetivo
1.	The Impact of a Mindfulness Based Program on Perceived Stress, Anxiety, Depression and Sleep of Incarcerated Women	Ferszt G.G., Miller R.J., Hickey J.E., Maull F., Crisp K	Estudar eficácia clínica de programa de atendimento psicológico para stress, ansiedade e depressão.
2.	Traumatic experiences and re-victimization of female inmates undergoing treatment for substance abuse	Mejía B., Zea P., Romero M., Saldívar G	Estudar eficácia clínica de programa psicológico para usuárias de drogas.
3.	The most common reasons and incentives of tendency to addiction in prisons and rehabilitation centres of Zahedan (Iran)	Raeisei A, Sarani H, Arbabisarjou A, Mojahed A	Estudar motivos conscientes para uso de drogas.
4.	Romantic Relationships and	Wyse JJ, Harding	Estudar relação

	Criminal Desistance: Pathways and Processes	DJ, Morenoff	amorosa e reabilitação social.
5.	"I know if I drink I won't feel anything": substance use relapse among depressed women leaving prison	Johnson JE, Schonbrun YC, Nargiso JE, Kuo CC, Shefner RT, Williams CA, Zlotnick C	Estudar eficácia clínica de programa de atendimento psicológico para usuárias de drogas.
6.	Emotional dysregulation and risky sex among incarcerated women with a history of interpersonal violence	Kuo C, Johnson J, Rosen RK, Wechsberg W, Gobin RL, Reddy MK, Peabody M, Zlotnick C	Estudar a relação entre desequilíbrio emocional, violência e comportamento sexual de risco.
7.	Histories of childhood victimization and subsequent mental health problems, substance use, and sexual victimization for a sample of incarcerated women in the US	Tripodi SJ, Pettus-Davis C	Estudar relação entre maus tratos na infância e doença mental, abuso de drogas e vitimização sexual na vida adulta.
8.	Pain characteristics and pain catastrophizing in incarcerated women with chronic pain	Darnall BD, Sazie E	Estudar relação entre dor crônica e vida emocional.
9.	Child maltreatment histories among female inmates reporting inmate on inmate sexual victimization in prison : the mediating role of emotion dysregulation	Walsh K, Gonsalves VM, Scalora MJ, King S, Hardyman PL	Estudar a correlação entre maus tratos na infância e vitimização de abuso sexual na prisão.
10.	Grief interrupted: the experience of loss among incarcerated women	Harner HM, Hentz PM, Evangelista MC	Estudar reações de perdas e luto durante detenção.
11.	Mulheres no cárcere: significados e práticas	Gigliola Marcos Bernardo de Lima,	Estudar os significados do

	cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência	André de Faria Pereira Neto, Paulo Duarte de Carvalho Amarante, Maria Djair Dias e Maria de Oliveira Ferreira Filha	encarceramento e estratégias de enfrentamento.
--	---	---	--

A seguir, descrevemos procedimentos de coleta, resultados e referenciais teóricos dos artigos encontrados.

Quadro 04.

	Procedimento de Coleta	Resultados	Referencial Teórico
1.	Questionário e Programa de Atendimento Psicológico	O programa se revelou eficaz.	Positivista
2.	Entrevistas	O programa se revelou eficaz.	Positivista
3.	Questionário	As mulheres atribuem uso de drogas a companhias e a problemas emocionais.	Positivista
4.	Entrevistas	A relação entre relacionamento romântico e reabilitação pode se apresentar sob variadas combinações.	Positivista
5.	Programa de Atendimento Psicológico (TCC)	O programa é eficaz.	Positivista
6.	Grupos Focais	Participantes com histórico de violência tendem a apresentar comportamento de risco sexual e a contrair DSTs.	Positivista
7.	Entrevistas	Histórico de abuso físico, psicológico ou sexual contribui para	Positivista

		doença mental, abuso de substâncias vitimização sexual adulta.	
8.	Inventário e Escala	Ansiedade e depressão se associam a dores físicas.	Positivista
9.	Questionários e Escala	Histórico de maus tratos na infância se associa a vitimização sexual na prisão.	Positivista
10.	Entrevista	Perdas e luto não são vividos de modo saudável na prisão.	Fenomenológico
11.	Entrevista	A prisão significa sofrimento e risco de loucura. As estratégias são a a fé, o amor aos filhos, o trabalho, a música e a espera pela liberdade.	Abordagem qualitativa/História Oral

A seguir, descrevemos os tipos de objetivo que aparecem nos artigos selecionados em ambas as bases.

Quadro 05.

Tipos de Objetivo	Número de Artigos
Eficácia de programas de atendimento psicológico	3
Reabilitação	1
Experiência na Prisão	2
Problemas específicos	5

As pesquisas empíricas que focalizam problemas específicos versam sobre os seguintes temas: uso de drogas, sexualidade e maus tratos na infância.

A seguir, exibimos em quadro os tipos procedimentos de coleta de material de pesquisa utilizados:

Quadro 06.

Procedimento de Coleta	Número de Artigos
Entrevistas	5
Questionários	3
Escalas	2
Inventários	1
Grupos Focais	1
Programas de Atendimento	2

Percebemos também, se retomarmos o quadro 4, o franco predomínio do positivismo como referencial teórico, muitas vezes combinado com a visão cognitivo-comportamental. Vale também lembrar que o positivismo, enquanto paradigma epistemológico (Guba e Lincoln, 1994), muitas vezes fundamenta os estudos qualitativos que fazem uso de análise de conteúdo. Apenas duas pesquisas deixam de seguir essa tendência geral: um estudo fenomenológico e um estudo qualitativo.

Evidentemente, os resultados obtidos deveriam se conformar aos objetivos propostos. Contudo, é importante relatar que nos deparamos com algumas imprecisões e incoerências, na medida em que estudos sobre a eficácia de programas de atendimento muitas vezes apresentavam resultados relativos a questões específicas, que não tinham sido apresentadas como objetivos, numa evidente falta de coerência estrutural. Por exemplo, um estudo que se propunha verificar a eficácia clínica de um programa apresentou, como resultado, percepções das presidiárias sobre suas motivações para tal comportamento (Harding & Morenoff, 2014).

De todo o modo, os resultados não deixam de apresentar um quadro geral interessante, no qual se mesclam preocupação com a reabilitação social e preocupação em cuidar de sua saúde emocional, bem como com consequências do encarceramento em si. Assim, o próprio confinamento prisional chega a ser reconhecido como fonte de sofrimento emocional, que se apresenta sob forma de estresse, ansiedade ou depressão.

A preocupação específica com a saúde emocional também se traduz pela proposição de programas de tratamento segundo uma visão cognitivo-comportamental, que se voltam para a busca de alívio para ansiedade e depressão ou para modificação de comportamento, seja na linha da sexualidade, seja na linha do consumo de drogas.

Coerentemente com a visão cognitivo-comportamental, são realizadas investigações sobre percepções e opiniões conscientes das mulheres sobre seus próprios comportamentos problemáticos ou sobre a prisão. Por outro lado, também parece marcante a preocupação em vincular problemas passados, eventualmente infantis, com as dificuldades psicológicas e relacionais da vida adulta. Há uma clara ênfase sobre a vinculação entre o sofrimento de maus tratos ou abuso sexual durante a infância e o uso de drogas, os comportamentos sexuais de risco e as práticas delituosas.

Desde a perspectiva teórica que adotamos, que se norteia, epistemologicamente, segundo o paradigma epistemológico crítico (Guba e Lincoln, 1994), conjugando uma valorização da vida intersubjetiva com o reconhecimento de que os contextos sociais podem ser conhecidos objetivamente, cabe afirmar que o conjunto dos artigos traz pouco

conhecimento relevante. Tal juízo pode ser emitido na medida em que correspondem a pesquisas que operam recortes que tendem a um reducionismo psicológico, que escamoteia a produção social da delinquência a partir de desigualdades sociais, próprias do sistema capitalista. Se os pesquisadores chegam até a infância maltratada das infratoras, não se indagam acerca dos contextos socioeconômicos nos quais grassam comportamentos familiares violentos. Na verdade, compõem um quadro de vitimização da mulher encarcerada, mas de atribuição sutil de culpa aos seus pais e familiares, que se caracterizariam por uma espécie de maldade inexplicável ao invés de serem vistos, também eles, como vítimas de uma ordem social injusta, que promove desamparo, humilhação e desesperança.

Outra é a nossa visão, uma vez que nos fundamentamos na psicologia concreta e no estilo clínico “Ser e Fazer” (Aiello-Vaisberg, 2006; Ambrosio, Aiello-Fernandes e Aiello-Vaisberg, 2012; Ambrosio, Aiello-Fernandes e Aiello-Vaisberg, 2013), que tanto valorizam os campos vinculares, nos quais se dão as interações afetivo-emocionais entre as pessoas, como os contextos sociais, econômicos, culturais, históricos e geopolíticos, nos quais se inserem os campos. Assim, voltamo-nos ao estudo da experiência emocional sofrida de mulheres na prisão, entendendo que suas histórias de vida derivam tanto daquilo que vivenciaram no ambiente familiar infantil como daquilo que vivenciam, em seu cotidiano como adultas, desde a condição de mulheres pobres, frequentemente afrodescendentes, habitantes de um país periférico que é uma ex-colônia europeia.



CAPÍTULO 03
DEFININDO ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O presente capítulo está organizado em três partes. Na primeira, dedicada à fundamentação metodológica, discorreremos sobre os pressupostos dos quais partimos para a realização das pesquisas empíricas através do método psicanalítico. Na segunda parte deste capítulo apresentamos os conceitos básicos utilizados neste estudo: experiência emocional e campos de sentido afetivo-emocional. Encerramos, enfim, descrevendo os procedimentos investigativos por meio dos quais o método aqui é operacionalizado.

FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA: APRESENTANDO OS CONCEITOS BÁSICOS

O método psicanalítico pode ser precisamente definido como uma forma de compreensão dos fenômenos humanos, que se coloca em marcha através da atenção flutuante e da associação livre de ideias. Inscreve-se, dessa forma, entre os métodos qualitativos de pesquisa na medida em que estes são definidos como estudos interpretativos e contextualizados de questões que se revelam como problemas relativos a experiências e ações de seres humanos (Banister et. al., 2006).

A atenção flutuante é definida por Laplanche e Pontalis (1967/1992) como a escuta que o analista deve dar ao paciente, sem privilegiar, a priori, qualquer elemento de seu discurso, implicando numa dinâmica o mais livre possível de sua atividade inconsciente. A associação livre, por sua vez, corresponderia a um cultivo da tentativa de exprimir sem discriminação todos os pensamentos, sem qualquer tipo de censura. Esta compreensão dos passos que constituem o método psicanalítico tem sido ampliada, em nosso Grupo de Pesquisa, na medida em que compreendemos que tanto a atenção flutuante

como a associação livre de ideias - ambas praticadas pelo paciente e pelo analista - podem ser entendidas como uma abertura fenomenológica e existencial para o acontecer clínico, abrangendo manifestações não verbais. (Ávila, Tachibana e Aiello-Vaisberg, 2008).

Concordamos com Politzer (1928/1998) na compreensão de que o pressuposto fundamental sobre o qual este método se assenta é o de que toda conduta humana é atravessada por múltiplos sentidos que emergem a partir das experiências concretas de vida das pessoas e coletivos humanos. A partir desta compreensão, que consideramos ética e inclusiva (Aiello-Vaisberg, 1999), justificamos a psicanálise como uma possibilidade de ruptura com a tradição abstracionista da psicologia clássica. Na condição de leitor do texto politzeriano, José Bleger (1963/1989) ressalta a necessidade de retorno à concretude da experiência, compreendendo que toda manifestação humana se configura como conduta e se apresenta como totalidade significativa de caráter vincular.

A conduta, de acordo com Bleger (1963/1989), corresponde a manifestações humanas que se expressam, sempre e simultaneamente, em três áreas: mental, corporal, e atuação no mundo externo. O pertencimento de uma conduta a alguma destas três áreas se definiria, então, pela predominância de alguma delas em dado momento. A conduta, então, pode ser entendida em três âmbitos: o do indivíduo, o do grupo e o das instituições, como práticas ou normas. Finalmente, a conduta humana deve ser considerada como emergente de contextos ou campos. Segundo Bleger (1963/1989), cabe distinguir três subestruturas nos campos da conduta: o ambiente ou subcampo

geográfico, que corresponde ao que pode ser percebido por um observador relativamente externo ao acontecer; o subcampo psicológico, que abrange as experiências vivenciadas e, finalmente, o subcampo da consciência, que consiste nas experiências que são conscientemente vivenciadas num certo momento.

Estes ambientes são o contexto em que emergem novas condutas, práticas, ideias, sentimentos, obras e instituições que se organizam a partir de um substrato afetivo emocional, que normalmente não é consciente, e que temos denominado, em nosso Grupo de Pesquisa, campos de sentido afetivo-emocional. É interessante notar que este conceito, presente nas várias teses e dissertações que produzimos, tem sido bem aceito no meio acadêmico, como comprovam os artigos publicados². Fazemos uso desta terminologia a bem da clareza, mas aqui deve ficar evidente que o campo de sentido afetivo emocional corresponde, na terminologia blegeriana, à grande porção do campo psicológico, que é sempre vincular, que contém o campo da consciência, mas o ultrapassa grandemente. A reprodução do esquema oferecido por Bleger (1963/1989) parece-nos esclarecedora.

² Granato e Aiello-Vaisberg, 2013; Granato, Corbett e Aiello-Vaisberg, 2013; Granato e Aiello-Vaisberg 2011; Martins e Aiello-Vaisberg, 2009; Pontes, Barcelos e Tachibana, 2010; Montezi, Zia e Tachibana, 2001; Russo e Aiello-Vaisberg, 2009; Ribeiro, Tachibana e Aiello-Vaisberg, 2008; Avila, Tachibana e Aiello-Vaisberg, 2008; Arós e Aiello-Vaisberg, 2009; Aiello-Fernandes e Ambrosio, 2012; Leão e Aiello-Vaisberg, 2013; Tachibana e Beaune, 2013; Pontes, 2011; Corbett, Ambrosio e Gallo-Belluzzo, 2014; Cabreira, Pontes e Tachibana, 2007; Busnardo e Aiello-Vaisberg, 2009; Figueiredo e Aiello-Vaisberg, Montezi e Aiello-Vaisberg 2009; Tachibana, Ambrosio e Beaune, 2014; Fernandes e Vaisberg, 2011; Cambuí e Ribeiro, 2014; Aiello-Vaisberg, 2009.

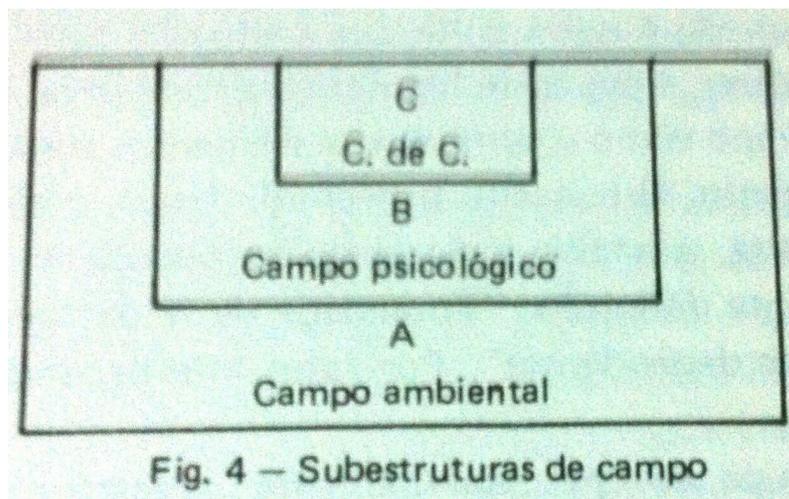


Fig.1: Subestruturas do campo. (Bleger, 1963/1989, p.38)

Compreendemos que os campos de sentido afetivo-emocional são o substrato relacional a partir do qual emergem as manifestações de conduta, o que permite que sejam compreendidas como acontecer humano. Assim, fiéis à psicologia concreta, contrapondo-nos, à ideia corrente de que os atos humanos correspondem a exteriorizações de um mundo interno.

No entanto, ao considerar as diversas pesquisas, que temos realizado, sob orientação da Professora Livre Docente Tânia Maria José Aiello Vaisberg, sobre imaginários coletivos, que sempre envolvem o que determinado grupo social imagina sobre outros grupos, esbarramos em estudos que focalizam o imaginário de um grupo sobre si mesmo, tal como, por exemplo, os estudos de Cabreira et. al. (2007), Ribeiro, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2008), Aiello-Vaisberg e Fernandes (2011), e Barcelos e Aiello-Vaisberg (2014). O conjunto de tais pesquisas, delineadas, em sua grande maioria, segundo uma configuração metodológica, articulada ao redor do uso do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema, tem permitido a produção de conhecimentos significativos. Cabe lembrar que esta série de estudos segue o modelo de

Aiello-Vaisberg (1999), defendido em tese de livre docência na qual realizou investigação sobre o imaginário de estudantes de psicologia sobre o louco e/ou doente mental.

No prosseguimento das atividades investigativas de variados problemas ligados a sofrimento sociais, nos quais adotamos outros mediadores dialógicos, além do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema, viemos a considerar que o uso do conceito de experiência emocional, no sentido de experiência vivida ou drama (Poltzer, 1928), poderia imprimir maior clareza conceitual aos nossos textos científicos. Este conceito veio a nos parecer melhor talhado ao estudo do sofrimento de pessoas e grupos vítimas de discriminação e/ou de posicionamento social objetivamente gerador de sentimentos desamparo e injustiça.

Esta empreitada exigiu leituras ampliadas, que se enriqueceram com as contribuições de autores como Fanon (1952), que aborda a experiência vivida pela vítima do racismo. Na mesma linha, consideramos os ensaios de Memmi (2007), que abordam experiências emocionais de colonizadores e colonizados, indicando com eloquência a importância deste tipo de estudo. Dessa forma, entendemos que estudos sobre imaginários e sobre experiência emocional podem contribuir para a produção de conhecimento sobre discriminação, sofrimento e humilhação.

O conceito de experiência, curiosamente, não figura nos principais dicionários de psicanálise, como Laplanche e Pontalis (1967), Moore e Fine (1990) ou Roudinesco e Plon (1998), apesar do termo ser utilizado com frequência nos textos psicanalíticos freudianos e pós freudianos. No entanto,

não é difícil entender porque um conceito altamente valorizado pela abordagem fenomenológica não ganha destaque na psicanálise, se nos lembrarmos que a metapsicologia, para muitos a mais importante realização teórica psicanalítica, consiste em sofisticada construção de tipo energético, mas não hermenêutico.

Na atualidade, a visão da vigência de uma duplicidade discursiva, no interior do freudismo, é consensual. A tese de Politzer (1928), ao que tudo indica, foi realmente bastante lida e citada, convencendo fortemente que coexistiriam, lado a lado, nos textos psicanalíticos clássicos, teorizações clínicas e dramáticas, com formulações fisicalistas e energéticas. No entanto, diferentes posicionamentos têm sido adotados diante desta questão. Como enfatiza Franco (1995), Ricoeur (1987) defende o respeito a tal duplicidade, compreendendo que aí residiria uma importante riqueza do pensamento freudiano. Outros autores acreditam ser importante e necessário, tendo em vista garantir que a psicanálise realize sua verdadeira vocação, abrir mão das formulações da metapsicologia e trabalhar em termos estritamente interpretativos. Esta é a posição adotada por autores como Politzer (1929), Bleger (1963/1989), Stolorow, Brandchaft e Atwood (2000) e Mitchel (1988), entre outros. Nosso Grupo de Pesquisa tem aderido a esta perspectiva, que combate as especulações metapsicológicas como um equívoco que gera consequências contra o reconhecimento de que a psicologia, como todas as outras ciências humanas, estuda a conduta dos seres humanos concretos.

Não é preciso grande esforço, contudo, para notar que o conceito de experiência emocional ou experiência vivida ocupa uma posição central na vertente dramática da psicanálise, que entre nós tem-se firmado como

psicologia concreta da conduta (Bleger, 1963/1989). Este conceito se encontra no próprio cerne daquilo que podemos definir como dramática e como conduta, no sentido blegeriano. Dessa forma, defendemos que o conceito de experiência demonstra justamente que vivemos nossas experiências imediatas de modo sensível e pré reflexivo (Merleau-Ponty, 1945), o que corresponde a um ponto de partida fundamental para a psicanálise concreta³.

Nossos interesses imediatos de pesquisa justificam optarmos pelo uso do conceito de experiência emocional na medida em que estamos focalizando a realidade pessoal de indivíduos vítimas de discriminação social. Trata-se, dessa forma, de encarar a experiência vivida, que Politzer (1928/1998) refere como "fato psicológico em primeira pessoa", compreendendo, então, os múltiplos sentidos conscientes e não conscientes que permeiam a vida sócio-psíquica.

Julgamos importante destacar que o conceito de experiência pode ser perfeitamente pensado como conduta molar (Bleger, 1963/1989) que emerge tanto a partir do campo psicológico-vivencial não consciente, como da porção menor, ainda que interna ao campo vivencial, denominada campo da consciência. Assim, consideramos vantajoso o uso explícito do termo experiência porque inclui tanto a possibilidade de teorizar de modo aproximado ao acontecer humano quanto a de facilitar o intercâmbio com outras vertentes de pesquisa.

³ Consideramos oportuno e necessário, para os propósitos dessa tese, apontar que Bleger (1963/1984) tirou importante proveito da leitura de Merleau-Ponty. Entretanto o conceito de campo, referido por Bleger como apreendido a partir da obra de Kurt Lewin (1952), apresenta evidentes ressonância com o conceito merleau-pontyano de campo (Tiermersma, 1987).

Nesta linha, abordar psicanaliticamente a experiência emocional ou vivida implica, a nosso ver, tanto a identificação da conduta, como ato que se expressa na mente, no corpo ou como comportamento exteriorizado no mundo, como na produção interpretativa de campos de sentido afetivo-emocional, concebidos como substratos subjacentes aos atos.

Deve, assim, ficar claro que, na medida em que concebemos que aquilo que consideramos como acontecer humano é humanamente produzido, vale dizer, não se explica, cientificamente, pela ação de forças sobrenaturais nem por energias infra-pessoais, as condutas nascem nos campos e os campos são produzidos por condutas. Determinar o que, a cada momento do processo investigativo, será considerado como conduta – o que deve ser compreendido – ou como campo, ou seja, aquilo que permite compreensão, corresponde à focalização momentânea de processos em si mesmos fundamentalmente interligados e apenas artificialmente dissociáveis pela atividade intelectual.

Dessa forma, entendemos que o conhecimento psicanalítico derivará, neste trabalho, da produção interpretativa e compreensiva dos campos de sentido afetivo-emocional que subjazem ao que recortaremos como experiência emocional. Acreditamos que por esta via, que consideramos dotada de potencial heurístico, podemos chegar à elaboração de teorias locais, de caráter compreensivo, sobre o vivido. Esperamos que este tipo de conhecimento possa contribuir, ao lado de outros, com o processo de superação de condições eticamente inaceitáveis, de discriminação que gera sofrimentos sociais de desamparo, humilhação e injustiça (Renault, 2004), que alteram profundamente a experiência de vida de indivíduos e coletivos.

PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS

Temos usado uma operacionalização do método psicanalítico em termos da distinção de três tipos de procedimentos investigativos: procedimento de seleção, de registro e de interpretação do material de pesquisa. A esses, acrescentamos um quarto procedimento, que denominamos procedimento investigativo de interlocuções reflexivas.

É importante destacar que a seleção, o registro e a interpretação do material cultural segue fielmente o método psicanalítico, na medida em que são cumpridos por meio do cultivo da atenção flutuante e da associação livre de ideias. Corresponde, portanto, a uma atividade que convoca o pesquisador não apenas em termos cognitivos, mas também afetivo-emocionais. De fato, esse método demanda uma abertura fenomenológica a impactos e ressonâncias afetivamente sensíveis que o encontro com o material pode suscitar. Por outro lado, o procedimento de seleção de material segue caminhos diversos, que não coincide com a colocação em marcha do método psicanalítico, ainda que o complemente convergentemente. Como se verá, essa seleção implica numa busca ativa e determinada de produções culturais que possam atender aos interesses de pesquisa, segundo critérios intelectualmente fixados. Finalmente, o procedimento de interlocuções reflexivas corresponde a um pensar sobre as interpretações à luz de considerações de autores, psicanalistas ou não, cujas visões antropológicas se harmonizem com aquelas da psicologia concreta. Em termos mais usuais esse momento do processo investigativo é denominado discussão de resultados. No entanto, preferimos uma outra nomenclatura para enfatizar que nos movemos no âmbito de um

paradigma que concebe a produção de conhecimento sobre o humano como processo intersubjetivo.

Devemos lembrar que o estudo de depoimentos, que têm lugar em produções culturais, ocorre sempre sob a forma de encontros inter-humanos, que geram impactos no pesquisador, falando à sua sensibilidade e capacidade clínicas. Podemos considerar que todo produto da ação humana é uma forma de comunicação, que acaba por configurar campos subjetivos relacionais. É à luz dessa visão que definiremos, a seguir, os procedimentos investigativos adequados à abordagem psicanalítica de documentários centrados em entrevistas.

No caso desta pesquisa, o primeiro procedimento investigativo, a ser posto em marcha, deve ser o da seleção de material. Consiste na busca de obras culturais e se faz, atualmente, via internet. A partir do estabelecimento de um problema a ser estudado, definimos critérios para a seleção. Estamos, no presente caso, interessados na experiência emocional de mulheres que foram presas por furto de bagatela, vale dizer, apropriação indébita de objetos de valor irrisório.

A questão do registro assume proporções especiais quando trabalhamos com entrevistas registradas em filmes. Elas são, por sua natureza, reproduzíveis, o que facilita este aspecto do trabalho de pesquisa. Deste modo, o próprio documentário é utilizado como registro. Entretanto, visando facilitar a interpretação e a leitura, disponibilizamos, no próprio volume da tese, a transcrição integral das falas das mulheres entrevistadas cujas condutas nos interessam. Vale destacar, no que diz respeito ao exame dos registros da

presente investigação, que a pequena duração da maioria dos documentários, se comparada a de filmes comerciais de longa metragem, apresenta-se como uma vantagem, na medida em que favorece repetidas exposições ao material.

Na presente investigação, o procedimento interpretativo se deu em três momentos diferentes. Inicialmente, a autora se expôs varias vezes ao filme, em estado de cultivo da atenção flutuante e da associação de ideias.

Posteriormente, os integrantes do subgrupo, liderado pela orientadora, do Grupo de Pesquisa Atenção Psicológica Clínica em Instituições: Prevenção e Intervenção, todos pesquisadores versados no uso do método, assistiram ao filme. Este trabalho se sucedeu tanto em sucessivas conversações interpretativas grupais como individuais, realizadas com membros do grupo em momentos distintos⁴. Sendo o ambiente grupal constituído pelo encontro de pessoas que compartilham formação psicanalítica e familiaridade com o uso do método em pesquisa empírica qualitativa, pudemos realizar encontros que podem ser designados como conversações interpretativas, durante as quais chegamos, por meio de sucessivas tentativas, a produzir interpretativamente campos de sentido afetivo-emocional. No contexto dessas conversações interpretativas grupais, chegamos aos campos de sentido afetivo-emocional deixando-nos tocar, contratransferencialmente, a partir de impressões suscitadas pelo material, que buscamos elaborar compreensivamente.

Uma forma talvez mais clara de informar sobre esse delicado trabalho pode ser obtida por meio da apresentação das palavras de ordem sugeridas por Fabio Herrmann (1979): “deixar que surja”, “tomar em consideração” e

⁴ Para a realização destes encontros, contamos com a participação, em encontros individuais, dos pesquisadores Sueli Gallo Belluzzo, Rafael Aiello Fernandes e Marcela Casacio Ferreira-Teixeira.

“completar o desenho do sentido emergente”. A nosso ver, tais palavras explicitam, de modo pragmático, os conceitos de atenção flutuante e associação livre. "Deixar que surja" tem estreita relação com o conceito de atenção flutuante, descrito por Laplanche e Pontalis (1967/1992) como a maneira pela qual o analista deve escutar o analisando: "[...] não se deve privilegiar a priori qualquer elemento do discurso dele, o que implica que deixe funcionar o mais livremente possível a sua própria atividade inconsciente e suspenda as motivações que dirigem habitualmente a atenção" (p. 40). "Tomar em consideração", por sua vez, corresponderia à associação livre, uma vez que se trata da "expressão indiscriminada de todos os pensamentos que ocorrem ao espírito, quer a partir de um elemento dado (palavra, número, imagem de um sonho, qualquer representação), quer de forma espontânea" (Laplanche e Pontalis, 1967/1992 p. 39). “Completar a configuração do sentido emergente” traduz a formulação de uma interpretação que, tomada como hipótese, ilumina, de modo convincente, o sentido emocional das manifestações de conduta eventualmente opacas e/ou incompreensíveis até o momento.

Nossa empreitada ~~investigativa~~ deve ser finalizada com o procedimento investigativo que compreende a elaboração de interlocuções reflexivas. Este processo consiste em examinar as ideias e teorias que possam aprofundar a compreensão psicológica relativa aos campos de sentido afetivo-emocional produzidos, tendo como interlocutores autores que se debruçaram sobre questões análogas às levantadas pelas as interpretações. Vale a pena repetir, pela sua importância, que não há necessidade de nos limitarmos a interlocutores psicanalíticos, mas certamente devemos atender à exigência de

selecionar visões convergentes com nossos posicionamentos antropológicos, éticos e ideológicos. Cabe também reforçar o fato deste procedimento se diferenciar dos anteriores justamente por se tratar de um tipo diverso de trabalho intelectual. Explicando mais claramente, podemos afirmar que quando adotamos o método psicanalítico, dimensões afetivas e intelectuais mantêm-se forçosamente próximas, diferentemente do que ocorre quando entabulamos um processo de caráter mais reflexivo. Isso não significa que nos afastamos da perspectiva dramática em direção a questões do acontecer inter-humano, mas envolve um distanciamento mínimo em relação ao acontecer aqui estudado, de forma que seja suficiente para a inclusão de considerações e diálogos com outros autores.



CAPÍTULO 04
COMPARTILHANDO O MATERIAL DE PESQUISA

Este capítulo está organizado de modo a apresentar ao leitor o material em que se apóia esta pesquisa. Está organizado em duas partes. A primeira descreve em termos gerais a produção cinematográfica que utilizamos. A segunda parte contém uma breve apresentação das entrevistadas na obra, bem como a transcrição integral de suas falas.

A transcrição foi elaborada a partir de múltiplas exposições ao documentário e visa facilitar o acompanhamento da leitura da tese. Entretanto, o contato com este material não substitui a exposição ao filme, que fica fortemente recomendada e está acessível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=dKoZAqP20Hg>

APRESENTANDO "BAGATELA"

No contexto das produções nacionais que abordam nosso tema de interesse, encontramos o documentário intitulado “Bagatela” (2010), dirigido por Clara Ramos.

Esta produção cinematográfica surgiu a partir do trabalho da advogada Sonia Regina Arrojo e Drigo, que se dedica a garantir o *habeas corpus* para pessoas que cometem, entre outros, o furto de bagatela. Este trabalho é feito através da Pastoral Carcerária, organização não-governamental que tem como objetivo auxiliar as pessoas encarceradas quando estas não possuem recursos para arcar com seus processos.

No documentário também estão presentes as falas de juízes, defensores públicos e o Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia

Judiciária, de modo a conduzir o espectador pelos trâmites dos processos judiciais.

No entanto, optamos por focalizar, nesta pesquisa, as falas das três principais entrevistadas, pois acreditamos que iluminam o modo como estas vivem as situações expostas no documentário, e podem, além disso, enriquecer nosso trabalho com os relatos que fazem sobre si mesmas e sobre suas histórias de vida.

Evidentemente, a narrativa fílmica, impregnada pela presença pessoal dos entrevistados, pelo conjunto formado por suas expressões verbais e gestuais, bem como pelo próprio ambiente em que cada entrevista foi conduzida, apresenta uma riqueza que transcende aquilo que a mera fala pode transmitir.

Os depoimentos filmados constituem o material fundamental desta pesquisa. Entretanto, tendo em vista facilitar a leitura textual da tese elaboramos, a partir de sucessivas escutas, a transcrição integral dos depoimentos, agrupando-os de acordo com aquela que fala.

Esta escolha se justifica na medida em que este material destaca os campos de sentido afetivo-emocional criados/encontrados a partir da exposição dos pesquisadores do nosso Grupo de Pesquisa à obra fílmica. Nosso objetivo, com isto, é ter acesso à experiência de sofrimento emocional que estas mulheres enfrentaram ao longo de suas vidas.

APRESENTANDO A TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DAS FALAS

SUELI:

Tendo em vista facilitar uma aproximação do leitor com a entrevistada Sueli, nos parece interessante contar que se trata de uma mulher doente, soropositiva para HIV, que se encontra em tratamento quimioterapêutico.

Vive em condições habitacionais bastante precárias e se coloca como abertamente preocupada com três questões: A primeira consiste em obter leite em pó para um netinho bebê, visando com isso obter que o sogro do filho o autorize a conviver com a criança. Sueli declara sua intenção de furtar o alimento.

Preocupa-se também com o descaso de uma advogada militante em uma organização voltada à defesa gratuita de pessoas que não possuem recursos para arcar com seus processos.

Finalmente, mostra-se desconfiada com a possibilidade dos realizadores do documentário não a remunerarem pela participação, a partir da qual poderiam auferir lucros. Vale, ainda, destacar dois pontos interessantes do seu relato. Um deles diz respeito ao fato de considerar que houve apenas tentativa de furto, uma vez que os alimentos não foram efetivamente consumidos por ela ou pelos filhos. A subtração dos alimentos, que ela reconhece, não é vista por Sueli como crime, uma vez que o intento de consumir não foi satisfeito. O outro corresponde ao impactante relato de não compreender o funcionamento e o linguajar utilizado no sistema carcerário.

- *Eu ia comprar um queijinho, que minha mãe gostava muito de queijo. Um queijo e uma bolacha, mas daí eu peguei dois. Duas traquinas, só que o dinheiro não dava pra mim comprar duas traquinas. Quando eu fui lá, que eu fui voltar pra devolver eu já fui agredida, começaram a me chutar lá dentro já, daí levaram eu lá na quarenta e cinco. Mas na quarenta e cinco, só que lá eles não quis fazer o, o que ele chama de BO⁵ né? O delegado falou 'Não, num vou fazer esse furto. Eu vou fazer esse furto com o quê, aí? Eu vou bater o quê?' Aí ele pôs, um queijo e duas traquinas, e ele disse 'é o que ela furtou, que tava na bolsa dela', só que o delegado falou 'eu num vou bater isso daí que tava na bolsa dela... Isso não é um furto.' Só que ele me forjou, ele tirou eu da quarenta e cinco e me levou na vinte e oito. Quando foi lá na vinte e oito que eles fizeram eu ir na cadeia de lá. Aí que eles me mandaram pra Pinheiros. Na realidade eu fui condenada a dois anos e oito meses. Depois eu apelei, caiu pra um, caiu pra um, um ano e seis meses, mas daí eu já tava quase tirando dois anos. Não foi um furto. Praticamente foi um, uma tentativa de furto. Porque ficou com ele. Ele levou pra cima e pra baixo o queijo e a bolacha, acho que, até desfez na mão dele, que era um queijinho de... Sabe, esses queijinhos de água? Eu acho que até desfez, mas mesmo assim ele foi, fia.*

- *Bagatela são umas, é tipo assim, o que é bagatela, um queijo e uma bolacha, isso aí pro governo é uma bagatela, é uma coisa que, que num tem condenação, fia.*

- *Pode entrar, não repara não. Ai, acordei agora, menina, tô com uma fraqueza. Que eu tô sem se alimentar, nossa senhora. Que vai chegando dia*

⁵ Boletim de Ocorrência.

de eu fazer a quimioterapia, nossa... Não é, é que eu sinto fraca e acho que eu tenho medo, tanto de beber assim, e aí eu tenho medo de comer. E daí eu tenho que comer antes que depois eu não como mais nada. Quarenta e nove centímetro, enorme. Fui dar banho, nem sabia dar banho e quase deixei cair na banheira. Ai, que eu queria ouvir o chorinho dele, trouxe ele aqui um pouquinho... Agora ele não tá querendo ir na casa da mulher, da mãe lá, que o padrasto dela mandou levar o Nan pro neném, né? E ele não tem dinheiro pra levar leite pra esse nenê, faz três dias que ele não vai ver esse nenê. Eu tive ele com quinze anos na época, eu tinha catorze ano. Eu tava desempregada, e tinha catorze ano. Eu já morava aqui também. Eu ia fazer quinze ano, quando ele rodou era 2004, ele ia fazer quinze anos. Daí nessa época ele ficou com a minha mãe, ficou dois anos com a minha mãe que ela tomou conta dele. Eu era viúva já, que meu marido tinha morrido, ele faleceu em 97. Faleceu quando o Jonatas tinha seis anos. Ele morreu de HIV. Mas só que na época que eu tive o Jonatas ele não tinha, ele não tinha nada a ver. Foi do outro menino que eu perdi um bebezinho de seis mês que eu peguei o vírus dele. Mas na época do Jonatas não teve nada, não.

- Uma vez foi só uma tentativa de um furto, só que eu nem fiquei presa, eu assinei e saí, Foi pela ROTA⁶, a ROTA que me levou também, mas chegou lá e o delegado mandou eles caçar serviço. Eles me levaram lá e o delegado falou “Vai caçar serviço”. (risos) Ai meu deus, tenho até vergonha de falar. Ai, senhor...Eu tinha furtado umas cuequinha de criança.

⁶ Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar: Constitui-se numa força tática da Polícia Militar, que visa possibilitar flexibilidade e capacidade de reação com o uso do policiamento motorizado. Utilizada na necessidade do controle de distúrbios civis através do agrupamento de viaturas, conforme o caso, Grupo de Combate, Pelotão, Companhia ou Batalhão de Choque.

- *Vai fazer quatro ano que eu to na rua. Quatro ano. Quatro ano. Depois de quatro ano veio essa frente aí de trabalho, e agora não vem, não aparece mais nada. Ai fia, eu to numa condições precária. Eu to vivendo do quê? Eu não tenho condições. Tem vez que eles me pede as coisa e eu não posso dar, aí eu vou fazer o quê? (lágrimas) Nem o leite do nenê eu to sem comprar, sem comprar o leite do meu neto. Tá difícil. Ele passou pro meu, ele passou pro meu filho, e meu filho tá descabeçado, ele é entrão, ele falou “mãe, eu tenho que levar o leite” “filho, como você vai levar esse leite?” eu falei. Eu vou entrar na farmácia, eu vou pegar esse leite, que eu não vou deixar meu neto com fome, de jeito nenhum. Eu já falei pra eles, se eu não arrumar eu vou entrar e vou furtar, fia. Que nem eu falei pra doutora Sonia, eu não tenho outra saída. Ela falou “calma...” E eu vou esperar o quê?*

- *Quando eles cantaram “Sueli da Silva, o alvará.”, eu fiquei parada, que pra mim, eu não tava nem sabendo, eu quero saber que que é isso aí, ficava perguntando, “que que é alvará, menina? Que que é alvará?” é o alvará de soltura, de liberdade. Aí foi quando eu, eu gritei muito, né? E gritei, e aí me soltaram. Mas eu saí ainda devendo e assinando... assinando quatro, eu saí de condicional, assinando, né? Assinei quatro vezes, lá no fórum, e ainda diz que tem uma multa pra mim pagar, que multa que é essa eu não sei, que diz que eu fui condenada dois anos e oito meses, não sei quanto de multa. Tem uma multa ainda que eu, que eu até não falei com a doutora Sonia dessa multa, mas vou ter que falar. A doutora falou pra mim que eu tinha que arrumar uma defensora pra mim. Como que eu tinha que arrumar uma defensora pra mim*

sendo que ela tava no meu processo? A doutora Sonia. Você entendeu? Aí ele falou pra mim, “você não vai arrumar defensora coisíssima nenhuma, a sua defensora já é ela, ela tá no seu processo, que ela tá ganhando em cima da sua, ela ganhou foi muito em cima das suas costas, sua trouxa. O que você ganhou dela, até hoje?” falei assim, não ganhei nada. Ele falou “ela não vem te comprar com uma cesta básica não.” Eu não entendi nada, mas meu irmão entende. Não, meu irmão falou pra mim que ela tá devendo pra mim. Meu irmão falou “cai de cima, ela tá te devendo que ela usou sua imagem pra tudo, você foi pra Brasília, você foi pra tudo pra quanto é lugar, sua imagem.” Ele falou que a minha imagem tá aparecendo e ele quer o que tá fazendo comigo, ele quer que eles me paga. É, o jeito que ta acontecendo tá dando isso daí. É que eu vou pra ela, peço uma assistência pra ela, tipo assim, ela falou pra mim “você passa a suas contas pra mim, passa um fax, com a conta e o nome do remédio que nós vai comprar.” O fax ficou lá, a conta tá lá, vai fazer quase três ano, dois ano, quatro ano, que eu saí, ela não pagou a conta, ela não comprou meu remédio.

- Ai, jesus, ninguém merece. Ai, jesus amado. Eu já não aguento mais de tanto andar na mão desses repórter. Não aguento mais, de tanto andar na mão desses repórter. Eu tenho que andar, tenho que conversar com as minhas amiga, com os meus amigo, aí eu vou pro abrigo e rodo, né? Oh, grória. Já pensou, nego? Tudo pode acontecer, né? Pra deus nada é impossível. Até o nenê foi filmado. Não tem mais que filmar esse neguinho, viu? Agora vocês vão passar na televisão. Não é jornal nacional, é TV Cultura. Vai passar na Cultura. Eles tão me filmando muito, nossa, eu não aguento, meu deus. Eu não

aguento mais, já fui lá pra igreja, já voltei, agora... Fui lá na casa da Jéssica fazer a filmagem com o nenê. É um projeto, entendeu? Nossa senhora, mas já filmaram tanta gente, eu não aguento mais. Mas depois da filmagem eu quero meus trezentos reais. (risos) Demorou, fia, depois da filmagem me dá meus trezentos reais. Me dá senão eu grudo lá naquela máquina e ninguém me tira. Eu tô precisando, Natal tá chegando...

VÂNIA

Vânia declara-se usuária de crack e, ao que tudo indica, perdeu contato com a mãe, os filhos e o marido. Atribui aos estados alterados que vivencia ter sofrido violências físicas inúmeras, da parte de civis, provavelmente ligados ao mundo da droga, bem como de policiais, que incluem tiros e facadas.

Conta que experimentou um impulso de agredir seu marido, mas que acabou machucando a si mesma com um caco de vidro. Não teve dificuldade de relatar vários furtos, lembrando de que sua primeira prisão se deveu ao furto de uma garrafa de bebida alcoólica. Seus furtos parecem abranger bebida, comida e artigos de higiene. Aparentemente, encontramos-nos diante de uma situação de pobreza que provoca o uso do crack que, por seu turno, contribui decisivamente para um esgarçamento de vínculos familiares.

- Guardar pra fumar depois, lá dentro. Tá... Ai, como que eu vou começar? Minha primeira passagem foi com vinte ano. Um litro de Amarula. Fiquei dez dia presa. É uma bebida, custa setenta reais. A segunda vez foi... Por causa de quinze peça de picanha. A segunda vez eu já fiquei seis mês, na segunda vez. Por causa disso aí. É. (risos) Nem todas eu lembro, entendeu? Só sei que dos vinte pra cá, até os trinta agora eu to tirando cadeia. Indo e

voltando. E agora por causa de cinco reais. Dez, com essa. Tudo 155⁷. Por causa de creme, por causa de xampu, por causa de carne. Coisas banais.

- Já tô dois mês já, entendeu? Não tenho visita, escrevo pra minha mãe, não sei a casa que minha mãe mora que eu esqueci o endereço, entendeu? Nem meu marido me escreve, não tenho advogado, não tenho... Tô sem saber praticamente de nada aqui dentro, entendeu? Até agora um ano e dois, que é no, no regime semiaberto, um e dois no regime semiaberto, só que eu tô esperando vim desse BO que eu tô, pra poder tá indo pro semiaberto, nem sei se eu vou né? Tão falando que o juiz que vai decidir a minha vida agora. Acho que vai juntar tudo pra saber o que que vai dar.

- Muitas vezes eu já furtei e não fui pega. Muitas. Mas agora tá... (risos) Eu num sou inocente, eu sei que eu tenho que cumprir com os meus atos, entendeu? Mas tem muita gente inocente aqui dentro. Eles tem que ir atrás desses pedófilo aí, estuprador de criança, sabe? Tem que ir atrás dessas pessoa, prender essas pessoas aí.

- Tempo que eu fiquei mais na cadeia foi seis meses. Que eu fiquei mais, entendeu? Já tirei duas vez seis mês. Duas vez. De eu ficar duas vez assim, seis mês. De eu ir embora, ficar seis mês, ficar uns meses na rua e depois voltar e ficar mais seis meses na cadeia. É o crack, eu venho presa por causa do crack. Eu já tomei, já tomei tiro, já tomei facada, já apanhei na mão de polícia, na mão de vagabundo, de tudo. (mostra os cortes profundos no antebraço) Ó, o que eu fiz no meu braço por causa de crack, louca. Eu me

⁷ Refere-se a crime de furto, previsto no artigo 155 do Código Penal Brasileiro.

cortei, louca de crack, drogada, é, eu catei o vidro, que meu marido deixou eu tão perturbada, eu sou louca por causa dele. Eu não sei o que eu vi nesse homem, eu sou louca. Ele é baixinho, banguelinha assim, ó, cabelo grisalhinho branco, eu falei “eu te amo” e catei o vidro, pra mim não fazer nele eu fiz em mim. Eu abri, ficou um tanto assim aberto, ó. Tomei cinquenta e dois ponto no braço.

- Ah, eu quero ser feliz, cuidar dos meus filhos, arrumar uma pessoa que me ame de verdade, entendeu? Quero ter minha casa, entendeu? Quero entrar no meio da sociedade aí, ó. Se alguém... Eu ia falar pra ele, eu sou culpada, entendeu? Sei que fui errada, e peço uma chance pra ele, pra ele me dar uma chance, entendeu? Porque ao mesmo tempo ele pode fechar minha cadeia todinha aí, ó. Deixa eu ir lá, tchau pra vocês, tá?

MARIA APARECIDA

A terceira entrevistada foi presa em uma farmácia pelo furto de um xampu e um condicionador, que somavam um total de doze reais. Maria Aparecida encontrava-se em surto no momento e, uma vez presa, foi agredida por colegas de cela com tamanha violência que perdeu a visão de um dos olhos.

Ela relata sentimentos de vergonha ao ser questionada pelas pessoas à sua volta sobre o fato de não enxergar com o olho esquerdo. Além disso, assim como Sueli e Vânia, Maria Aparecida parece não considerar que o roubo destes produtos se constitui num delito, uma vez que não usufruiu deles.

Também existe, no discurso desta entrevistada, uma grande confusão a respeito de sua vivência no sistema carcerário, visto que ela estava

mentalmente perturbada no momento em que todas estas coisas aconteceram. Agradece à advogada que cuidou de seu caso gratuitamente, acusando o Sistema Penitenciário de não se ocupar de pessoas que roubam milhões de reais, tampouco oferecer assistência ou estrutura a pessoas que, como ela, possuem problemas de saúde mental.

- Foi uma fase da minha vida que às vezes eu nem prefiro... Não... Muitas vezes eu nem comento com ninguém, muitas pessoas perguntam, "Ai, o que foi isso na sua vista, tal", eu falo que foi acidente de carro. "Nossa, mas só pegou no seu carro?" e eu falo que só. Porque é meio chato você desagradar, porque nem todo mundo te entende, né? Nem todo mundo vai entender o seu lado, que você não aprontou pra eles, vão te ver com outros olhos, de outra maneira, de outra forma, né? Então eu tava em surto, né? Daí eu não sei onde eu tô, eu não falo coisa com coisa, eu mexo em tudo, eu quero tudo pra mim às vezes, sabe, eu entro em surto psicótico, não falo coisa com coisa, daí eu tava toda suja, eu tava descalça, tinha perdido minha sandália, tinha quebrado. Daí eu entrei pra mim ver aquele xampu quanto custava, não sei ver o preço, perguntei pra mulher e a mulher falou pra mim, e nisso quando eu saí ele pensou que eu coloquei o xampu dentro da roupa e saí, mas eu não peguei. Foi isso que aconteceu.

- Não, não foi crime. Tem homem, tem colarinho branco, roubou milhões de dinheiro e ali sim, é um crime, roubou de que, roubou bastante, não roubei nada, não peguei nada. Nem cheguei, nem cheguei a usufruir desse xampu, como que eu posso ser considerar um crime? Nunca foi crime! Porque crime

pra justiça, que a justiça, vê como crime. Juiz, advogado, escrivão, vê como crime, mas eu não vejo isso como um crime.

- É, porque tipo assim, se não fosse por ela (Doutora Sonia) e se não fosse pela minha irmã eu não estaria aqui, né? Estaria no manicômio ainda. Essa é a verdade, porque a procuradora pelo jeito não, não ia nem fazer metade do que ela fez, não fez metade do que ela fez. Nem ligava, ela nunca foi lá pra falar assim, “ô Maria Aparecida, você tá bem depois que você perdeu sua visão? Precisa de algum remédio, Maria Aparecida?” Ela nunca foi lá falar isso pra mim. Ela deveria ter pensado antes, vou transferir a Maria Aparecida pra um hospital psiquiátrico, que ela... Ela não é normal, ela não é certa da cabeça, ela tem problema mental, ela não é pra estar ali, vou transferir ela, a Maria Aparecida, pra um manicômio, sei lá, pra um hospital psiquiátrico, nem que seja um manicômio, porque eu não tô louca, não sou louca, é uma psiquiatria, manda ela pra uma psiquiatria, tomando os remédio controlado e tal, seria muito melhor, né? Mas nada disso ela fez. Ela veio pensar em me ajudar depois que a doutora Sonia já tinha me ajudado? Ah, aí não dá, né?



CAPÍTULO 05
APRESENTANDO INTERPRETAÇÕES E
INTERLOCUÇÕES

O leitor encontrará o presente capítulo dividido em duas partes.

A primeira, bastante concisa, consiste na apresentação das definições dos campos de sentido afetivo-emocional produzidos interpretativamente a partir da consideração psicanalítica das falas das mulheres acusadas de furto que aparecem no documentário "Bagatela" (2010).

A segunda parte deste capítulo será dedicada a retomar as questões centrais de cada um dos campos à luz do pensamento de autores que possam enriquecer o trabalho reflexivo a que nos propomos. Nela estabeleceremos diálogos críticos com duas perspectivas teóricas: a da teoria winnicottiana sobre a tendência antissocial e a da formulações sobre sofrimentos sociais, tal como a temos desenvolvido desde o estilo clínico "Ser e Fazer" (Ambrosio, Aiello-Fernandes e Aiello-Vaisberg, 2013).

Como se verá, visão winnicottiana, que se insere como contribuição significativamente inovadora no campo da psicopatologia, assenta-se sobre um pressuposto de que comportamentos antissociais derivam de uma busca inconsciente de justiça e reparação do dano sofrido, numa atmosfera afetiva animada também por sentimentos de esperança (Winnicott, 1967). Reputamos como fundamental a relevância da evocação da importância do ambiente e dos sentimentos subjacentes por esse autor. Por esse motivo, focalizaremos detalhadamente a tese de Winnicott (1946/1956/1963/1967) sobre a determinação desenvolvimentista da tendência antissocial, indicando como valoriza falhas ambientais na fase de dependência infantil relativa, favorecendo avanços significativos na compreensão do fenômeno (Abram, 2000).

Contudo prosseguiremos passando por uma releitura da ideia central da tendência antissocial como sinal de esperança de obtenção de provisão ambiental, pensada sob uma luz que privilegia nitidamente o afeto mas não inclui claramente necessidades materiais, apoiando-nos no ensaio teórico clínico em que Aiello-Vaisberg e Ambrosio (2017) expõem sua visão sobre o problema a partir dos fundamentos do estilo clínico "Ser e Fazer" (Ambrosio, Aiello-Fernandes e Aiello-Vaisberg, 2012; Aiello-Vaisberg e Ambrosio, 2016). Aqui, levando em conta que os campos de sentido afetivo-emocional, de natureza essencialmente vincular, inserem-se em contextos sociais, econômicos, culturais, históricos e geopolíticos precisos, incluem a percepção de que sofrimentos socialmente engendrados provocam não apenas experiências de injustiça, mas também de desamparo e humilhação, como indica Renault (2004/2008/2010). Nessa linha, trazemos para o debate a ideia de que a tendência antissocial não deriva unicamente da percepção da falta de provisão afetiva mas também – ou quem sabe primordialmente – da percepção da carência material e da desigualdade social.

APRESENTANDO OS CAMPOS DE SENTIDO AFETIVO- EMOCIONAL

Como pesquisadores, compreendemos os campos de sentido afetivo-emocional como mundos vivenciais, configurados a partir de crenças e habitados, de forma passageira ou duradoura, por indivíduos e coletivos. A utilização deste conceito garante acesso à produção de teorias compreensivas (Ambrosio, 2013; Ambrosio, Aiello-Fernandes e Aiello-Vaisberg, 2013; Ambrosio

e Aiello-Vaisberg, 2014). Conhecer os campos de sentido emocional, a partir dos quais emerge a experiência emocional de sofrimento de mulheres, que foram presas por furtos de bagatela, corresponde a produzir conhecimento sobre efeitos subjetivos que condições sociais opressoras exercem concretamente sobre pessoas que pertencem a classes sociais subalternas.

Vale, contudo, destacar que, apesar de aqui operarmos um recorte em função do nosso interesse de pesquisa, não afirmamos que todas as condutas das pessoas estudadas na presente pesquisa emergem unicamente dos campos aqui interpretados. Claro que não pretendemos esgotar o assunto em si e muito menos subscrever o engano de que a singularidade individual de cada uma se esgote no ato do furto – o que seria francamente absurdo em vista da complexidade do viver de cada ser humano e da vida social. Na verdade, vários campos são sempre habitados simultaneamente, por indivíduos e coletivos (Bleger, 1963).

A partir de múltiplas exposições ao documentário “Bagatela” (2010), acompanhadas pela leitura da transcrição dos depoimentos, que focalizamos nesta pesquisa, dirigimo-nos ao procedimento de interpretação deste material, guiando-nos pelas palavras de ordem de Herrmann (2004) e concebendo-o como processo de criação/encontro de campos de sentido afetivo-emocional. Este processo, do qual já falamos anteriormente, contou com efetiva participação tanto da orientadora quanto dos integrantes do Grupo de Pesquisa, por meio de conversas interpretativas coletivas ou em encontros individuais, conforme descrito no capítulo terceiro dessa tese.

Neste momento, vale ressaltar que o procedimento interpretativo não corresponde, de modo algum, ao *encontrar algo* que estaria dado, de maneira prévia, nas comunicações das entrevistadas no documentário. A nosso ver, o que tem lugar de fato nas investigações que se inserem, como a presente, no campo das ciências humanas, produzindo conhecimentos compreensivos e hermenêuticos, é algo um tanto mais complexo, na medida em que nossas interpretações correspondem a aspectos que paradoxalmente *estão e não estão* no material. Dito de outro modo, equivalem a aspectos, qualidades e características que lá se colocavam potencialmente, como virtualidades, à espera de intérpretes. Assim, nossas interpretações são atos criativos, porque todo encontro inter-humano verdadeiro comporta tal dimensão, mas não são arbitrárias, porque cultivam o máximo respeito às manifestações do outro, – no caso as mulheres.

Cabe, ainda, sublinhar que, adotando os ensinamentos de Bleger (1963), segundo os quais as condutas não emergem a partir de interioridades individuais isoladas do todo social, não pretendemos interpretar o psiquismo inconsciente recalcado das entrevistadas, segundo uma perspectiva metapsicológica. Ao contrário, nosso intuito é o de acessar campos intersubjetivos e vinculares, que se inserem inevitavelmente em contextos sociais, econômicos, culturais, históricos e geopolíticos, que constituem o solo afetivo-emocional – não consciente - da coexistência interpessoal. Chamamos, assim, a atenção para um aspecto fundamental da perspectiva da psicologia concreta, aqui adotada, que é o seguinte: não apenas pensamos a conduta como emergente de campos intersubjetivos como não perdemos de vista que esses campos não pairam acima da realidade social, mas estão profundamente

entranhados nela. Assim como criticamos, com Bleger (1963/1989), o mito do ser humano natural, abstrato e isolado do contexto social, precavemo-nos igualmente contra a ideia de campos vinculares desconectados do acontecer social – que ainda se encontra em voga entre psicanalistas que não se apercebem de que o campo transferencial se configura como fenômeno absolutamente concreto.

Tendo em vista iluminar o fenômeno aqui estudado, vale dizer, a experiência emocional, visivelmente sofrida, de mulheres acusadas e presas por furtos de bagatela, selecionamos dois campos de sentido que nos parecem, no momento, os mais fundamentais e significativos: “Cadê o Leite do Meu Neto?” e “Cadê o Tratamento?” Operamos uma escolha porque todas as condutas são multideterminadas e emergem simultaneamente a partir de vários campos e que cabe sempre, a aquele que se propõe produzir conhecimento compreensivo, definir perspectivas interpretativas que lhe pareçam promissoras em vista de seus objetivos. Assim, é certamente a partir do vértice da psicologia concreta, que se encontra na base da proposição do estilo clínico “Ser e Fazer”, conformando uma clínica social, que chegamos aos campos de sentido afetivo-emocional que aqui apresentamos.

Designamos, sob a denominação “Cadê o Leite do Meu Neto?”, um campo de sentido afetivo-emocional que se organiza a partir da crença de que a sociedade deve atender as necessidades vitais das pessoas.

Designamos, sob a denominação “Cadê o Tratamento?”, um campo de sentido afetivo-emocional que se organiza a partir da crença de que a

sociedade deve atender necessidades de tratamento de pessoas que apresentam transtornos psíquicos.

APRESENTANDO INTERLOCUÇÕES REFLEXIVAS

Definidos os campos de sentido afetivo-emocional a partir dos quais podemos compreender as manifestações de conduta das mulheres entrevistadas no documentário, presas por furtos de bagatela, abandonamos atenção flutuante e associação livre para dar início a um trabalho intelectual de caráter reflexivo. Lembramos, por oportuno, que as próximas interlocuções reflexivas versam não mais sobre as falas que transcrevemos, mas mais precisamente, sobre os campos de sentido afetivo-emocional interpretativamente produzidos a partir do material pesquisado.

Percebemos, numa primeira retomada dos campos, que salta à vista, uma condição de falta de assistência e de carência que lança as pessoas, de forma imediata, a situações de desamparo, pois falta leite, pois faltam cuidados. O primeiro campo emerge, claramente, da urgência de se furtar itens de primeira necessidade, tendo em vista o sustento da família ou de si própria. No caso de Sueli, existe a obrigação de alimentar seu neto, o que a leva a reclamar legitimamente esse direito. A carência de artigos de higiene, que também devemos considerar de primeira necessidade, deve ser incluída nesse mesmo campo, na medida em que a manutenção da apresentação pessoal, segundo costumes de asseio socialmente difundidos, depende da aquisição de certos produtos industrializados. Por seu turno, o segundo campo vincula-se a deficiências do sistema de saúde que permitem que uma situação de crise psicótica seja conduzida de modo absolutamente inaceitável do ponto de vista

dos direitos humanos. Ora, numa sociedade cujo desenvolvimento de forças produtivas atuais permitiria que ninguém morresse de fome ou permanecesse desassistido do ponto de vista psiquiátrico, Sueli é compelida, mesmo assim, a furtar alimentos, assim como Maria Aparecida furtou um frasco de xampu e condicionador, em estado psicótico de desconexão com a realidade, e foi presa e surrada a ponto de perder a visão de um olho.

O segundo campo de sentido afetivo-emocional, “Cadê o Tratamento?”, emerge a partir das condutas de Vânia, que é usuária de crack, e de Maria Aparecida, que sofre de problemas mentais. Em meio às crises e ao esgarçamento de laços sociais, estas mulheres somente são notadas no momento em que furtam. Esse campo deve, a nosso ver, ser compreendido como uma expressão do primeiro campo localizada especificamente na esfera da saúde mental. Na verdade, entendemos que aqui se encontra em pauta a reivindicação de recebimento de cuidados em situação de fragilidade aumentada, tal como um surto psicótico. A nosso ver é fundamental notar que, na vigência desse campo, sequer é questionada a eventual causalidade social da chamada doença mental, hipótese teoricamente bastante plausível, que não nos obriga a desconsiderar outros determinantes, como ensina Bleger (1963/1989) por meio de sua proposta dos níveis de integração do fenômeno humano. O que se encontra em pauta é, mais uma vez, a carência pura e simples do cuidado necessário numa situação humana que se caracteriza como radicalmente desamparada. Sendo assim, não nos deteremos em ponderações sobre a necessidade de tratamento para nos dirigirmos diretamente ao debate a que nos propomos sobre a teoria winnicottiana da tendência antissocial e à proposição de considerações sobre sofrimentos

sociais, aí incluindo reflexões que vieram à luz a partir de reflexões teórico-clínicas levadas a cabo segundo o estilo clínico "Ser e Fazer" (Aiello-Vaisberg e Ambrosio, 2017).

A TENDÊNCIA ANTISOCIAL SEGUNDO WINNICOTT

Winnicott (1946/1956/1967) autor bastante frequentado em nosso Grupo de Pesquisa, que faz de sua obra uma leitura a partir da psicologia concreta (Aiello-Vaisberg, 2006), debruçou-se sobre importante trabalho de compreensão de condutas de furto em crianças e adolescentes, chegando a propor uma complexa teoria sobre a tendência antissocial, revolucionando a compreensão de um conjunto de sintomas tradicionalmente designado, no âmbito da psiquiatria clássica, como psicopatia ou loucura moral:

A tendência antissocial não é um diagnóstico. Não se compara diretamente com outros termos diagnósticos, como neurose e psicose. [...] Por uma questão de simplicidade, irei referir-me apenas a crianças, mas a tendência antissocial pode ser encontrada em todas as idades. Os vários termos em uso podem ser reunidos da seguinte maneira: Uma criança sofre privação quando passam a lhe faltar certas características essenciais da vida familiar. [...] O comportamento antissocial será manifesto no lar ou numa esfera mais ampla. [...] A tendência antissocial caracteriza-se por um elemento nela que compele o meio ambiente a ser importante. O paciente, através de pulsões inconscientes, compele alguém a encarregar-se dele (Winnicott, 1956, p. 138.)

A teoria winnicottiana da tendência antissocial apresenta, em relação a outras que a antecederam, um caráter inovador. Lembremos que a psiquiatria clássica considerava que este quadro, tradicionalmente conhecido como loucura moral ou psicopatia, devia-se a fatores genéticos. Como lembra Henriques (2009), Morel (1857) já afirmara que tais pacientes apresentavam sinais de depravação de tendências morais desde a mais tenra idade. A seu ver, inclinavam-se visivelmente para desregramentos que incluíam o incêndio,

o roubo e a vagabundagem, que os levariam a se tornar parte expressiva da população carcerária.

Nos manuais de psicopatologia atuais, CID-10 e o DSM-V que servem, oficialmente, como referências para definição de diagnósticos psiquiátricos, com todas as suas consequências, para a vida social, em âmbitos civis e penais, a psicopatia recebe tratamento que, a nosso ver, está longe de fazer jus à sua complexidade. Encontra-se aí incluída entre os chamados transtornos de personalidade, classificada como "transtorno da personalidade antissocial".

Na classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10, a personalidade antissocial, catalogada sob o número F60.2, é assim descrita:

Transtorno de personalidade, usualmente vindo de atenção por uma disparidade flagrante entre o comportamento e as normas sociais predominantes, e caracterizado por: (a) indiferença insensível pelos sentimentos alheios; (b) atitude flagrante e persistente de irresponsabilidade e desrespeito por normas, regras e obrigações sociais; (c) incapacidade de manter relacionamentos, embora não haja dificuldade em estabelecê-los; (d) muito baixa tolerância à frustração e um baixo limiar para descarga de agressão, incluindo violência; (e) incapacidade de experimentar culpa ou de aprender com a experiência, particularmente punição; (f) propensão marcante para culpar os outros ou para oferecer racionalizações plausíveis para o comportamento que levou o paciente a conflito com a sociedade. Pode também haver irritabilidade persistente como um aspecto associado. Transtorno de conduta durante a infância e a adolescência, ainda que não invariavelmente presente, pode dar maior suporte ao diagnóstico (OMS, 1993, p. 199- 200).

Sob o número 301.7, o Transtorno da Personalidade Antissocial, é apresentado, por sua vez, como se segue:

Um padrão global de desrespeito e violação dos direitos alheios, que ocorre desde os 15 anos, indicado por, no mínimo, três dos seguintes

critérios: (1) incapacidade de adequar-se às normas sociais com relação a comportamentos lícitos, indicada pela execução repetida de atos que constituem motivo de detenção (2) propensão para enganar, indicada por mentir repetidamente, usar nomes falsos ou ludibriar os outros para obter vantagens pessoais ou prazer (3) impulsividade ou fracasso em fazer planos para o futuro (4) irritabilidade e agressividade, indicadas por repetidas lutas corporais ou agressões físicas (5) desrespeito irresponsável pela segurança própria ou alheia (6) irresponsabilidade consistente, indicada por um repetido fracasso em manter um comportamento laboral consistente ou de honrar obrigações financeiras (7) ausência de remorso, indicada por indiferença ou racionalização por ter ferido, maltratado ou roubado alguém B. O indivíduo tem no mínimo 18 anos de idade. C. Existem evidências de Transtorno da Conduta [caracterizado por “agressão a pessoas e animais”, “destruição de patrimônio”, “defraudação ou furto” e “sérias violações de regras”] com início antes dos 15 anos de idade. D. A ocorrência do comportamento antissocial não se dá exclusivamente durante o curso de Esquizofrenia ou Episódio Maníaco (APA, 2013, p. 698).

Nota-se um forte acento comportamental no DSM, que se limita a considerar anomalias comportamentais observáveis, como nota Henriques (2009):

[...] convém cercar-se do testemunho de terceiros para esclarecer que o provável psicopata foi uma criança mentirosa e turbulenta, cruel para com os animais indefesos, mau aluno e mau colega, alternando as fugas e a delinquência, até chegar a uma vida adulta irresponsável, seguida de instabilidade profissional, e cuja única constância seria judiciária, penitenciária e asilar (Henriques, 2009, p. 298).

Contudo, não experimentamos dificuldade em reconhecer que as atuais classificações psiquiátricas, mantendo-se basicamente descritivas, harmonizam-se perfeitamente com a manutenção de visões organicistas, que não se fundam em rigoroso estudo de níveis de integração infra-humano (Bleger, 1963/1989). Segundo Aiello-Vaisberg (1999), um claro exemplo do que podemos denominar como reducionismo, de caráter nitidamente ideológico, pode ser encontrado na argumentação de um psiquiatra bastante estudado, que diz:

É possível conceber que a alma possa se transformar por si mesma de um modo tão grotesco sem que isso seja causado pelo corpo? Muito se fala hoje da origem psíquica das enfermidades, da sua psicogênese. A esse respeito diremos o seguinte: a enfermidade possui, como todas as coisas, não somente uma, mas, de fato, infinitas condições determinantes. Aquele fato, conhecido ou desconhecido, do eixo causal, sem o qual a enfermidade não poderia acontecer, não é, jamais, de natureza psíquica (Schneider, 1951, p.23).

Percebe-se aí que, a partir dessa perspectiva, a tendência antissocial, a exemplo de todos os quadros não passíveis de serem diagnosticados como neurose, deveria ser vista como determinada essencialmente por um dano orgânico que se manifestaria em registro comportamental. Encontramo-nos, portanto, diante de um campo de conhecimento que se organiza, desde o advento da psicanálise, como bem demonstrou Bercherie (1980), segundo um “índice de não compreensão do observador”. Em termos simples, quando compreendo o comportamento alheio perturbado e sofrido, estou diante de neurose. Quando não o compreendo, estou diante de psicose ou psicopatia, operando-se desse modo uma clara distinção do que requer ou dispensa tratamento médico, do que pode ou não pode receber atendimento do psicólogo psicanalista. Nessa linha, indagações psicológicas ou psicossociais só seriam pertinentes ao campo da neurose.

Com esse quadro em mente, cabe, então, focalizar as contribuições psicanalíticas pré-winnicottianas relativas ao tema da tendência antissocial, de fato, pouco abordado. Entretanto, um trabalho de Freud (1916), intitulado "Vários Tipos de Caráter Descobertos no Trabalho Analítico", no qual descreve os chamados delinquentes por sentimento de culpa, tornou-se literatura incontornável entre estudiosos:

Falando de sua juventude, em especial dos anos da pré-puberdade, pessoas que vieram a ser muito respeitáveis me informaram de ações

ilícitas, como furtos, fraudes e até mesmo incêndios, que haviam cometido naquele tempo. Eu não fazia caso dessas informações, comunicando-lhes que é notória a fraqueza das inibições morais nessa fase da vida, e não procurava inseri-las num contexto mais significativo. Afinal, porém, vi-me solicitado a um estudo mais completo desses incidentes, devido a alguns casos chocantes e mais acessíveis, nos quais esses delitos foram cometidos enquanto os doentes se achavam em tratamento comigo e já não eram pessoas jovens. O trabalho analítico trouxe então o resultado surpreendente de que tais ações foram realizadas sobretudo porque eram proibidas e porque sua execução se ligava a um alívio psíquico para o malfeitor. Ele sofria de uma opressiva consciência de culpa, de origem desconhecida, e após cometer um delito essa pressão diminuía. Ao menos a consciência de culpa achava alguma guarida (Freud, 1916, p. 212).

É interessante notar que, em relação à psiquiatria tradicional, a psicanálise fez um avanço no sentido de admitir que, ao menos em alguns casos, o indivíduo cometeria atos delinquentes por motivações psicológicas, e não por determinismo genético. Contudo, ao que tudo indica, as ideias aqui apresentadas não se desenvolveram no sentido de um questionamento mais firme do campo psiquiátrico, e sim no sentido do que podemos denominar neurotização de *alguns* casos de tendência antissocial.

Entretanto, passando, evidentemente, pelas contribuições freudianas, Winnicott (1946) rompeu de modo radical com a psiquiatria clássica, apontando a importância das falhas ambientais que se encontrariam na raiz deste tipo de problema. Afirma Abram (2000):

Em outras palavras, [para Winnicott] o indivíduo não existe - o que existe é o indivíduo com relação ao mundo externo” (Abram, 2000, p. 26).

Ao formular tal concepção do indivíduo e do ambiente, esse autor, mesmo que não chegue a problematizar de modo fundamentado e suficiente a vida social, para além do mundo familiar, não deixa de dar um importante passo no sentido da superação do que os mitos do homem natural, abstrato e

isolado (Bleger, 1963/1959), que se encontra no centro do reducionismo biológico e também do psicologismo que concebe campos vinculares fora de sua contextualização social.

Destacamos, a seguir, um texto de Winnicott (1946) que se originou de uma conferência para um público de magistrados, atribuindo a causa do ato delinquente a perdas emocionais precoces, no qual pontos importantes de sua teorização ficam bastante transparentes.

O que é uma criança normal? Ela simplesmente come, cresce e sorri candidamente? Não, não é assim. Uma criança que é normal, se possui confiança em seu pai e em sua mãe, age com liberdade. Com o passar do tempo põe à prova seu poder de desintegrar, de destruir, de atemorizar, de desgastar, de debilitar, de enganar e de apropriar-se das coisas. Tudo aquilo que conduz as pessoas aos tribunais (ou aos manicômios) possui um equivalente normal na infância e na meninice, e também na relação da criança com seu próprio lar. Se este lar for capaz de suportar tudo que a criança faz para desintegrá-lo, ela pode pôr-se a brincar; mas um teste deve ser feito, especialmente se paira alguma dúvida quanto à estabilidade da relação parental e do lar (estendendo-se por lar muito mais do que a casa). A princípio, a criança necessita ter consciência de um marco onde apoiar-se para que possa se sentir livre, para poder brincar, fazer seus próprios desenhos, para ser uma criança sem responsabilidades (Winnicott, 1946, p.130).

Neste texto, o autor busca detalhar com clareza o que entende por falha ambiental que, a seu ver, conduziria o indivíduo à tendência antissocial. Trata-se, então, de contar com um ambiente que suporte as manifestações de autoafirmação da criança, que necessariamente apresentam nuances de agressão e desafio. Percebemos, nesse trecho, que o autor se refere basicamente a condições afetivas dos pais e à estabilidade emocional existente no laço conjugal, como provisão ambiental. A questão das condições concretas da vida material, ligadas à alimentação, moradia, saneamento, transporte, saúde e educação, mesmo num momento em que a Inglaterra saía do duro

embate que foi a segunda guerra mundial, não parecem estar em pauta. Ou, em outros termos, são consideradas garantidas.

Entretanto, se estamos interessados na teoria winnicottiana do desenvolvimento, na qual se insere o modo como esse autor concebe a tendência antissocial, vale a pena recordar, ainda que rapidamente, seus traços gerais. A seu ver, o bebê, em seus estágios iniciais, viveria uma situação de dependência absoluta, durante a qual ainda não discrimina entre "*me*" e "*not-me*". A sobrevivência neste estágio dependeria radicalmente de cuidados sensíveis à condição psicossomática da criança humana. Estas necessidades naturalmente modificar-se-iam ao longo do tempo, à medida em que a criança entrasse na fase de dependência relativa e começasse a se diferenciar do ambiente.

Aqui, um ponto merece destaque: a falta de provisão ambiental na fase da dependência absoluta geraria, na visão de Winnicott (1946), fragilidade compatível com o desenvolvimento de psicose. Nesse sentido, conclui que a ausência de sofrimento psicótico pode ser entendida como evidência de que o bebê recebeu cuidado suficientemente bom nos primórdios da vida extrauterina.

Por que se faz necessário tudo isso? O fato é que os primeiros estágios do desenvolvimento emocional estão repletos de conflitos e desintegrações parciais. A relação com a realidade externa ainda não está firmemente enraizada; a personalidade ainda não está de todo integrada; o amor primitivo possui uma finalidade destrutiva, sendo que a criança pequena ainda não aprendeu a tolerar e a lidar com as pulsões. Ela pode chegar a lidar com todas essas coisas, e com muito mais, se o que a rodeia é estável e pessoal. Inicialmente, necessita indispensavelmente viver em um círculo de amor e vigor (com a conseqüente tolerância) para que não experimente demasiado temor quanto a seus próprios sentimentos e fantasias, e possa dar continuidade a seu desenvolvimento emocional (Winnicott, 2014, p.129).

Se a criança conseguir, no início da vida, cumprir as tarefas básicas de desenvolvimento psicoemocional, vale dizer, dar passos significativos no sentido de se integrar, personalizar-se e estabelecer relações com a realidade “*not-me*”, por ter podido contar com um ambiente sustentador, poderia entrar no período de dependência relativa de modo saudável (Winnicott, 1945). A criança passaria, assim, a enfrentar desafios próprios de um aumento de sua capacidade de ação, que requeria uma sustentação bastante diversa daquela necessitada pelo recém-nascido e pelo bebê pequeno. Falhas nesse momento já não gerariam sofrimento psicótico porque um estágio onde a criança existe desde seu próprio ponto de vista, como um “eu sou”, teria sido alcançado. Contudo seria precisamente aí que vivências de estar sendo privada de um ambiente confiável gerariam, como consequência, uma busca ativa daquilo que lhe falta:

Ora, o que acontece se o lar faltar à criança antes de ela ter adquirido uma ideia de um quadro de referência como parte de sua própria natureza? [...] Ao constatar que o quadro de referência de sua vida se desfez, ela deixa de se sentir livre. Torna-se angustiada e, se tem alguma esperança, trata de procurar um outro quadro de referência fora do lar. A criança cujo lar não lhe ofereceu um sentimento de segurança busca fora de casa as quatro paredes; ainda tem esperança e recorre aos avós, tios e tias, amigos da família, escola (Winnicott, 1946, p.130).

Entretanto, quando essas primeiras tentativas de solução falham, por não estarem disponíveis no ambiente mais imediato, a criança buscaria obter o que lhe falta por meio da manifestação de comportamentos antissociais inconscientemente motivados:

A criança antissocial simplesmente busca um pouco além, apela à sociedade em lugar de recorrer à própria família ou à escola, para que lhe seja proporcionada a estabilidade de que necessita, a fim de superar as primeiras e essenciais etapas de seu crescimento emocional (Winnicott, 1946, p. 131).

Neste processo, Winnicott (1946) considera que se o ambiente não for capaz de compreender e sanar os atos antissociais, a criança corre o risco de ter seu desenvolvimento direcionado à delinquência:

No período em que o menino ou menina recrudescem em função de uma falha na comunicação, em que o ato antissocial não é reconhecido como o portador de um SOS, quando os ganhos secundários se tornam de grande valor, e uma grande habilidade visando à atividade antissocial pôde ser construída, torna-se, então, mais problemático perceber (o que, apesar de tudo, ainda está lá) o SOS, o sinal de esperança enviado pelo menino ou menina antissocial (Winnicott, 1946, p.138).

Finalmente, ocorreria perda de contato do indivíduo com o sentimento da perda primária, original, uma vez que os atos antissociais e seus consequentes ganhos secundários mascarariam o sofrimento psíquico. Winnicott (1946) aponta que, se a origem do ato criminoso é bem conhecida, o tratamento e a ressocialização não devem ser punitivos. Uma punição, neste caso serviria, a seu ver, para fortalecer ainda mais as condutas defensivas de um possível falso *self*. Entretanto, outras medidas poderiam ajudar efetivamente a criança:

A boa alternativa refere-se a propiciar ao bebê e à criança as condições que a tornem capaz de ver as coisas como confiáveis e 'críveis', e à ideia de certo e errado, que se desenvolve a partir da elaboração dos processos internos da criança (Winnicott, 1963, p. 94).

Podemos afirmar que o pensamento winnicottiano destaca sempre a relevância da natureza do ambiente para o desenvolvimento da criança. Nesse sentido, a manifestação de comportamentos antissociais seria consequência da perda de limites contidos no ambiente, o que levaria a uma busca inconsciente de assistência, de continuidade e de estabilidade.

SOFRIMENTOS SOCIAIS E ESTILO CLÍNICO "SER E FAZER"

O conceito de sofrimento social surgiu, ao que tudo indica, sob a pena de Dejours (1980/2016), no contexto do aumento do estudo dos efeitos subjetivos do desemprego no território francês. Continuou e continua sendo proveitosamente usado no campo de estudos da saúde do trabalhador, esfera na qual segue sendo concebido como fenômeno que avança, em constante associação com o desenvolvimento social e econômico, na contemporaneidade. Constituiu-se, dessa forma, à medida que se intensificaram mazelas sociais geradas no interior da lógica capitalista de produção (Werlang e Mendes, 2013):

Cada vez mais, aspectos físicos, afetivos e culturais estariam vinculados à dor e ao sofrimento humano, borrando fronteiras e o sofrimento poderia, dessa forma, ser elucidado como uma experiência incorporada, encarnada por um contexto social e cultural determinado (Werlang e Mendes, 2013).

Entretanto, o conceito de sofrimentos sociais veio a ser utilizado posteriormente de modo mais amplo, tendo em vista a busca de compreensão dos efeitos subjetivos de outras problemáticas, tais como a da guerra, da tortura, do racismo, do machismo e outras formas de opressão social, a partir da obra de Kleinman, Das e Lock (1997). De um certo modo, mesmo não se referindo diretamente ao conceito, pesquisadores importantes, como Gonçalves (1998), Carreteiro (2003) e Sirota (2008), têm destacado a importância de sofrimentos derivados de condições de opressão social.

Seguindo esta tendência de ampliação no uso do conceito de sofrimentos sociais, viemos a compreendê-los, no âmbito do nosso Grupo de Pesquisa, no qual adotamos como referencial o estilo clínico "Ser e Fazer", que

se firma como articulação entre a psicologia concreta (Bleger, 1963) e um uso crítico de contribuições winnicottianas. Num momento inicial de reflexão, entendemos os sofrimentos sociais como aqueles que decorrem de situações de opressão, discriminação e exclusão, que causam sentimentos de desamparo, humilhação e injustiça (Ambrosio, Aiello-Fernandes e Aiello-Vaisberg, 2013), convergindo, portanto, com as colocações de Renault (2004; 2008; 2010). Contudo, a partir dos resultados de algumas pesquisas, tais como as Simões (2012), sobre o imaginário de trabalhadores de saúde mental sobre pacientes psiquiátricos, de Aiello-Fernandes (2013), sobre efeitos subjetivos do racismo, de Assis (2014), sobre discriminação contra adolescentes, de Corbett (2014), sobre mulheres que sofrem violência doméstica, e de Schulte (2016) e de Visintin (2016) sobre a maternidade contemporânea, viemos a ampliar nossa visão sobre os sentimentos provocados por condições sociais adversas, incluindo, para além do desamparo, da humilhação e injustiça, também aqueles da culpa, da perplexidade, do desespero e da despersonalização, uma vez que esses têm surgido claramente na expressão daqueles que tem participado de pesquisas ou tem sido atendidos clinicamente (Aiello-Vaisberg e Ambrosio, 2017).

É importante destacar que nem sempre a problemática do sofrimento social aparece revestida de pobreza, como ocorre, por exemplo, em situações que podem atravessar condições de classe social, como o racismo (Aiello-Fernandes, 2013) ou a maternidade (Schulte, 2016; Visintin, 2016). Entretanto, condições socioeconômicas desfavoráveis estão frequentemente em jogo quando o sofrimento humano é socialmente engendrado, o que é compreensível dadas as características populacionais do país em que vivemos.

No que diz respeito ao presente trabalho, sobre mulheres que praticam furtos de bagatela, a existência de desigualdades sociais muito profundas é o pano de fundo a partir do qual se destacam as dramáticas vividas pelas mulheres apresentadas no documentário. Desse modo, os sofrimentos sociais, que aqui focalizamos, devem ser pensados no contexto de uma sociedade cuja vulnerabilidade estrutural não oferece amparo e segurança compatíveis com a dignidade e os direitos humanos, tal como vem sendo considerados a partir do século XX nas chamadas sociedades democráticas. O desamparo, portanto, é tanto um sentimento, uma experiência, como aquilo que efetiva e objetivamente ocorre na sociedade.

Ora, as condições geopolíticas brasileiras colocam o país diante de pobreza e desigualdade social pronunciadas, herdadas do período colonial. A miséria material parece dificultar a vida de largos contingentes populacionais de modo tão profundo e amplo a ponto de desestabilizá-los em suas necessidades mais básicas. Só podemos compreender a experiência emocional das mulheres que aqui estudamos se considerarmos estas condições. A nosso ver, é indispensável, neste momento, em nosso país, pensar o aspecto das falhas do ambiente à luz do reconhecimento de condições sociais gravemente adversas. Não consideramos, de modo algum, que a existência deste tipo de contexto conduz necessariamente à delinquência, mas buscamos reconhecer que, uma vez que os laços sociais estão desgastados ou não existem, uma vez que a precariedade se torna duradoura e extrema, adultos e crianças tornam-se radicalmente prejudicados e desamparados. Nesse contexto social hostil, a tendência antissocial, não

sendo o único, constela-se como um dos caminhos pelos quais o sofrimento social pode se manifestar.

Deparamo-nos, ao longo do presente trabalho, com um quadro evidente de sofrimento social, fruto de um desamparo que conduz à humilhação e ao sentimento de injustiça, que provoca uma questão específica: haveria uma relação entre injustiça e humilhação social e certas modalidades de delinquência, tais como os furtos de bagatela? Esses atos seriam um caminho de busca de suprimento de necessidades primárias, de escape de condições de inferioridade social? Neste momento, um aspecto fundamental desta pesquisa é o de não deixar nenhuma dúvida sobre o fato de que não estamos nos referindo a sentimentos de forma abstrata, e sim a vivências concretas de humilhação, de injustiça e de confusão social e institucional. Este é um fenômeno concreto, que decorre do modo como estamos nos organizando, historicamente, em termos sociais, econômicos e políticos.

Considerando a evidente necessidade de lidar, como psicólogos brasileiros, com problemas tais como os furtos de bagatela, do ponto de vista da atenção psicológica clínica, em vertentes preventivas e interventivas, cabe perguntar se a noção de sofrimento social, utilizada a partir da psicologia concreta e do estilo clínico "Ser e Fazer" sustenta a teoria winnicottiana sobre a tendência antissocial ou se sugere a necessidade de reformulações. A nosso ver, tal teoria, mantendo forte focalização sobre campos relacionais, que se articulam com a teoria do amadurecimento emocional, deixa a desejar quanto à consideração dos contextos sociais, apresentando-se desse modo como insuficiente para a compreensão do fenômeno num país que se caracteriza por desigualdades socioeconômicas muito fortes e marcadas.

Podemos, com Aiello-Vaisberg e Ambrosio (2017), afirmar que o pensamento winnicottiano, relativo à tendência antissocial, pode ser resumido pelo reconhecimento de que se assenta sobre três pilares: privação afetiva na fase de dependência relativa, experiência de injustiça e esperança de reparação. Tal quadro faz sentido se nos lembrarmos do contexto social em que tal problemática clínico-social se apresentou como um desafio para Winnicott (1946), vale dizer, a ameaça de bombardeio da Inglaterra pelo inimigo alemão, durante a segunda guerra mundial, diante da qual se estabeleceu uma política pública de institucionalização de crianças, com consequente separação dos pais, em territórios menos sujeitos a ataques aéreos.

Assim, num país que era a matriz de um grande império colonial, a situação de guerra significou efetivamente a uma interrupção num viver no qual certas garantias de bem-estar social podiam ser consideradas como consolidadas, que poderia ser retomado, como efetivamente foi, caso os aliados vencessem o conflito, o que de fato ocorreu. Essa situação pode explicar a razão pela qual um pensamento bastante clínico e dramático, como o winnicottiano, pôde se limitar à consideração daquilo que denominamos campos de sentido afetivo-emocional, deixando de lidar, de modo satisfatório, com os contextos sociais, econômicos, culturais, históricos e geopolíticos (Aiello-Vaisberg e Ambrosio, 2017).

A crítica que aqui fazemos a Winnicott (1946/1956/1967) nasce da necessidade de cuidarmos pessoas que cometem de atos delinquentes, como furtos, que talvez se expressem de modo particularmente importante, do ponto de vista simbólico, no furto de bagatelas. Faz sentido, nesse momento, lembrar

da proposta compreensiva apresentada por Aiello-Vaisberg e Ambrosio (2017) em seu ensaio teórico-clínico, que consiste na hipótese de que as crianças, de classes socioeconômicas desfavorecidas, não vivem situações de privação afetiva no período de dependência relativa, mas em virtude de ganhos perceptivos, deixam um estado de inocência acerca das carências materiais e das desigualdades, para entrarem em sofrido contato com adultos oprimidos e atormentados por sentimentos de humilhação e injustiça. Esta ideia altera, de modo bastante interessante, a concepção de que todas as crianças pobres sofreriam, basicamente, em virtude de uma estranha ocorrência de mera retirada de atenção carinhosa, por parte de suas mães, quando se tornassem um pouco mais crescidas. Em compensação, tal leitura enfatiza, com firmeza, que o fato de serem cuidadas por indivíduos atingidos por sofrimentos sociais ligados à pobreza afetaria tais crianças.

Aiello-Vaisberg e Ambrosio (2017) ressaltam que essa formulação, mediante a qual revisitam as concepções winnicottianas, representa reconhecer a importância das condições geopolíticas de um país com passado colonial não superado. Ora, contribuir para um debate voltado à produção de conhecimento não submetido pode se colocar como um passo num processo de superação do que tem sido designado como colonialidade do saber (Maldonado-Torres, 2008). Outra poderia ser a teoria winnicottiana, caso seu fundamento empírico fosse, por exemplo, a cotidiana experiência de confronto com desigualdades sociais abismais, com um número enorme de pessoas pobres e desamparadas, por extensões territoriais enormes cobertas por habitações precárias.

Finalizamos insistindo que talvez a sensação de privação da pessoa que

apresenta tendência antissocial seja motivada não exatamente pela falta de aporte ambiental familiar, de caráter eminentemente emocional, e sim por um aumento de percepção infantil, que mostra, com clareza cada vez maior, sua condição de precariedade material, de criança de rua, de criança negra. Nessa hipótese, o perdido não seria um afeto que deixou de ser demonstrado, mas um estado de ingenuidade e inocência que se teria mantido durante um certo tempo em virtude da falta de visão de aspectos fundamentais da realidade social. Esta nos parece uma ideia que merece ser examinada empiricamente por meio de pesquisa científica, valendo, contudo, lembrar que sua formulação está estreitamente vinculada à compreensão de certos problemas à luz do conceito de sofrimento social, tal como o formulamos a partir da perspectiva do estilo clínico "Ser e Fazer".



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe, agora, voltarmos para os achados de nosso trabalho, tendo em vista finalizar nosso percurso.

A experiência emocional das entrevistadas, no documentário, bem como os campos de sentido afetivo emocional, criados/encontrados pelo Grupo de Pesquisa PUC-Campinas/CNPq Atenção Psicológica Clínica em Instituições: Prevenção e Intervenção, sustentam algo novo, que ultrapassa as considerações winnicottianas: a centralidade dos sentimentos de desamparo, humilhação e injustiça.

A condição de invisibilidade das pessoas entrevistadas no documentário parece ser posta em cheque somente no momento em que causam prejuízos a terceiros. Uma vez que cometem atos delinquentes, na prática, parece muito mais cômodo, para a sociedade civil, submeter estes casos ao poder judiciário do que reconhecer que as infrações cometidas devem ser compreendidas no bojo do fenômeno dos sofrimentos sociais causados pela pobreza e pelas desigualdades sociais extremas, exigindo tanto intervenções clínico-sociais como empenho na efetiva transformação da realidade social.

Entretanto lembramos que, no contexto da existência dessas mulheres, marcadas por sofrimentos decorrentes da precariedade social, o sistema penal se inscreve, na prática, como um dispositivo que as rebaixa e humilha na medida em que, como instituição punitiva e reabilitadora, traz implícita em sua própria estrutura a colocação das presas em um patamar de inferioridade. Outras instituições totais, como manicômios, operam neste mesmo sentido (Goffman, 1961). Recordamos, igualmente, que a precariedade social também

significa muitas vezes dificuldade ou mesmo impossibilidade de acesso a tratamentos de saúde mental, como ocorre com duas das entrevistadas no documentário “Bagatela”, uma usuária compulsiva de crack, outra sujeita a surtos psicóticos. Não se pode contar, nestes casos, nem com um aparato judiciário capaz de garantir integridade pessoal, nem com tratamento adequado em instituições dedicadas à manutenção da saúde mental.

Fechamos nossa exposição destacando que a abordagem do grande equívoco social, expresso pelo conceito de furto de bagatelas, pode se constituir, a nosso ver, como preciosa oportunidade para reflexões sobre sofrimentos sociais que, em determinadas condições, assumem feições verdadeiramente radicais.

REFERÊNCIAS

- Abram, J. (2000). *A linguagem de Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Aiello-Fernandes, R. (2013). *Da entrada de serviço ao elevador social*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas.
- Aiello-Fernandes, R. & Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2011). A experiência emocional de negros brasileiros: Primeiras considerações. In *Anais IX Jornada Apoiar: Violência doméstica e trabalho em rede compartilhando experiências: Brasil, Chile, Argentina e Portugal*. (pp. 168-175). São Paulo: Instituto de Psicologia da USP.
- Aiello-Fernandes,R., Ambrosio, F.F. & Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2012) O Método Psicanalítico como Abordagem Qualitativa: Considerações Preliminares. In *Anais da X Jornada Apoiar – O laboratório de saúde mental e psicologia clínica social – 20 anos: o percurso e o futuro*. (pp.306-314). São Paulo: Instituto de Psicologia da USP.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). Subjetividade e alteridade: considerações sobre o fundamento de uma clinica grupal na perspectiva winnicottiana. *Revista da SPAGESP*. 10, 26-33.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. & Ambrosio, F. F. (2017). Psicologia Concreta e Sofrimentos Sociais. In *Anais da XIV Jornada Apoiar: Saúde Mental e Interdisciplinaridade: Propostas e Pesquisas*. (pp. 153-162). São Paulo.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1999). Encontro com a loucura: transicionalidade e ensino de psicopatologia. Tese de Livre Docência Barreto, M. A.; Aiello-Vaisberg, não publicada, Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, SP.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. & Machado, M. C. L. (2005). Narrativas: o gesto do sonhador brincante. In *Anais do Encontro Latino Americano dos Estados Gerais da Psicanálise, 4*. São Paulo: Estados Gerais da Psicanálise.

- Aiello-Vaisberg, T. M. J. A. & Leal, G. (2006). Múltiplas heranças. *Viver mente e cérebro*. pp. 42 - 44. São Paulo.
- Alencastro, L. F. (2010). *O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Schwarcz.
- Ambrosio, F. F. (2013). *O estilo clínico ‘Ser e Fazer’ na investigação de benefícios clínicos de psicoterapias*. (Tese de Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Campinas, 2013. 114p.
- Ambrosio, F. F., Aiello-Fernandes, R. & Aiello-Vaisberg, T. M. J., (2013). Pesquisando sofrimentos sociais com o método psicanalítico: considerações conceituais. In *Anais da XI Jornada Apoiar: Adolescência: Identidade e Sofrimento na Clínica Social*. (pp. 174-188). São Paulo.
- Ambrosio, F.F. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). A importância do conceito de campo no procedimento de Ambrosio e Vaisberg. In *Anais da XII Jornada Apoiar: A clínica social: propostas, pesquisas e intervenções*. (p. 122-134). São Paulo.
- Associação Psiquiátrica Americana (APA). (2013). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. 5. ed. – Revista (DSM-V). Porto Alegre: Artmed.
- Arós, A. C. S. P. C. (2009). *Irrealidade, futilidade e vazio: sofrimentos radicais e sociedade contemporânea*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas.
- Arós, A. C. S. P. C. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). Clube da luta: sofrimentos radicais e sociedade contemporânea. *Psicologia: Teoria e Prática*, 11 (2), 3-17.
- Ávila, C. F., Tachibana, M., & Vaisberg, T. M. J. A. (2008). Qual é o lugar do aluno com deficiência? O imaginário coletivo de professores sobre a inclusão escolar. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 18(39), 155-164.

- Bauman, Z. (2008). *Medo líquido*. Zahar.
- Banister, P; Burman, E; Parker, I; Taylor, M. & Tindall, C (2006). *Qualitative methods in psychology: a research guide*. New York: Opera University Press.
- Bercherie, P. (1989) *Os fundamentos da clínica: história e estrutura do saber psiquiátrico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bleger, J. (1963) *Psicologia da conduta*. (E. O. Diehl, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Brasil. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional (Depen) – Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen). <http://www.infopen.gov.br>.
- Brasil. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional (Depen) – Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen Mulheres). <http://www.infopen.gov.br>.
- Busnardo, J. O. M. & Aiello-Vaisberg, T.M.J.(2009). O uso de consultas terapêuticas coletivas no estudo do imaginário de professores de escolas particulares sobre o uso abusivo de álcool e drogas por adolescentes. In *Anais do XIV Encontro de Iniciação Científica Puc-Campinas*. Campinas.
- Cabrera, J. C., Pontes, M. L. S., Tachibana, M. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2007). O imaginário coletivo de adolescentes sobre a adolescência no mundo atual. In *Anais da I Jornada de Psicanálise e Fenomenologia*. Campinas.
- Cabreira, J. C., Pontes, M. L. S., Tachibana, M. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2007). “Incompreensão, vazio e oposição pueril”: o imaginário coletivo de adolescentes sobre a adolescência no mundo atual. In *Jornada De Pesquisa em Psicanálise e Fenomenologia*. Campinas.
- Camargo Cortina, M. O. (2015). Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. *Estudos Feministas*, 23(3), 761-778.

- Cambuí, H. A. & Ribeiro, D.P.S.A. (2014) A clínica dos casos difíceis no imaginário de estudantes de psicologia. *Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina*. 35(1), 113-128.
- Carreteiro, T. C. (2003). Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia Usp*,14(3), 57-72.
- Corbett, E., Ambrosio, F. F., Gallo-Belluzzo, S. R., & Aiello Vaisberg, T.M.J. (2014). Produções imaginativas sobre dificuldades sexuais: um estudo psicanalítico. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 756-765.
- Cunha, E. L. D. (2010). Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. *Cadernos Cedes*, 30(81), 157-178.
- Darnall, B. D., & Sazie, E. (2012). Pain characteristics and pain catastrophizing in incarcerated women with chronic pain. *Journal of health care for the poor and underserved*, 23(2), 543.
- Davis, A. Y. & Dent, G. (2003). A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. *Revista de Estudos Feministas*, 11(2), 523-531.
- Dejours, C. (1980/2016) *Psychopathologie du travail*. Paris: Elsevier Masson.
- Dias, S. (2009) O delito de bagatela e o auto de prisão em flagrante. *Revista Científica do ITPAC*, 2(3), 36-39.
- Fanon, F. (1952/2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. de Maria Adriana da Silva Caldas. Salvador: Livraria Fator.
- Feijó, M. C. & Assis, G. A. (2004). O contexto da exclusão social e vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia*, 9 (1), 157-166.

- Fernandes, R. A. (2013). Da entrada de serviço ao elevador social: racismo e sofrimento.
- Ferszt, G. G., Miller, R. J., Hickey, J. E., Maull, F., & Crisp, K. (2015). The impact of a mindfulness based program on perceived stress, anxiety, depression and sleep of incarcerated women. *International journal of environmental research and public health*, 12(9), 11594-11607.
- Foucault, M. (1987) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Franco, S. G. (1995). *Hermenêutica e psicanálise na obra de Paul Ricoeur*. São Paulo: Loyola.
- Freud, S., & de Souza, P. C. (2010). *Obras Completas: Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Companhia das Letras.
- Gilligan, C. (1982). *In a different voice. Psychological Theory and Women's Delevopment*. London: Cambridge.
- Giussani, L. (1987/2009). *O senso religioso* (P. A. E. Oliveira, Trad.). Brasília: Editora Universa.
- Goffman, E. (1974) *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Gonçalves, A. M., & de Sena, R. R. (2001). A reforma psiquiátrica no Brasil: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família. *Revista latino-americana de Enfermagem*, 9(2), 48-55.
- Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação social - um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-67.
- Granato, T. M. M. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Uso terapêutico de narrativas interativas com mães em situação de precariedade social. *Psico (PUCRS)*, 42(4), 494-502.

- Granato, T.M. & Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2013). Narrativas interativas sobre o cuidado materno e seus sentidos afetivo-emocionais. *Psicologia Clínica*, 25(1), 17-35.
- Granato, T. M. M., Corbett, E. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativa interativa e Psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 157-163.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 105-117). Thousand Oaks: Sage.
- Harner, H. M., Hentz, P. M., & Evangelista, M. C. (2010). Grief interrupted: The experience of loss among incarcerated women. *Qualitative health research*.
- Henriques, R. P. (2009). De H. Cleckley ao DSM-IV-TR: a evolução do conceito de psicopatia rumo à medicalização da delinquência. *Revista Latinoamericana de psicopatologia fundamental*, 12(2), 285-302.
- Herrmann, F. (1979). *O método psicanalítico*. EPU.
- Johnson, E.; J., Chatav Schonbrun, Y., E. Nargiso, J., C. Kuo, C., T. Shefner, R., A. Williams, C., & Zlotnick, C. (2013). "I know if I drink I won't feel anything": substance use relapse among depressed women leaving prison. *International journal of prisoner health*, 9(4), 169-186.
- Kleinman, A., Das, V. & Lock, M. (eds) (1997). *Social Suffering*. Berkeley: University of California Press
- Kuo, C., Johnson, J., Rosen, R. K., Wechsberg, W., Gobin, R. L., Reddy, M. K., & Zlotnick, C. (2014). Emotional dysregulation and risky sex among incarcerated women with a history of interpersonal violence. *Women & health*, 54(8), 796-815.
- Laplanche, J. & Pontalis, J.B. (1976). *Vocabulaire de la psychanalyse*. Editions Presses. Universitaires de France, Vendôme.

- Leão, T. S. e Aiello-Vaisberg, T. M. J. A. (2013). Abordagem Psicanalítica de Imaginários Coletivos sobre (DES) Esperança em Canções da Música Popular Brasileira: CAZUZA. In *Anais do XVIII Encontro de Iniciação Científica e III Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação*. Campinas: PUC-Campinas.
- Lima, G. M. B. D., Pereira Neto, A. F., Amarante, P. D. C., Dias, M. D., & Ferreira Filha, M. O. (2013). Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. *Saúde Debate*, 37(98), 446-56.
- Mahfoud, M. (2012). *Experiência Elementar em Psicologia: aprendendo a reconhecer*. Brasília: Universa.
- Maldonado-Torres, N. (2008). A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 71-114.
- Mariño, J. F. (2002). Análise corporativa dos efeitos da base socioeconômica, dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal. *Sociologias*, 4(8), 220-244.
- Martins, P. C. R. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). Dificuldades sexuais masculinas e imaginário coletivo de universitários: um estudo psicanalítico. *Barbarói*, 31 (2), 18-35.
- Martins, B. F., & Gonçalves, J. A. T. (2010). Princípio da insignificância: abordagem sociojurídica do fenômeno no Brasil. In *Étic-encontro de iniciação científica* -I SSN 21-76-8498,6(6).
- Mejía, B., Zea, P., Romero, M., & Saldívar, G. (2015). Traumatic experiences and re-victimization of female inmates undergoing treatment for substance abuse. *Substance abuse treatment, prevention, and policy*, 10(1).
- Memmi, A. (2007). *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Merleau-Ponty, M. (1945). *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard.
- Mitchel, S.A. (1988). *Relational concepts in psychoanalysis: an integration*. Cambridge. Harvard University Press.
- Montezi, A. V. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009) Adoecer ou florescer: o imaginário coletivo de professores sobre o adolescente contemporâneo. In *Anais do XIV Encontro de Iniciação Científica da PUC-Campinas*. Campinas.
- Montezi, A. V., Zia, K. P., Tachibana, M. & Aiello-Vaisberg. (2011). Imaginário coletivo de professores sobre o adolescente contemporâneo. *Psicologia em Estudo*, 16 (2), 299-305.
- Moraes, V. L., (2011). Reflexões sobre o crime de bagatela. *Direito & Justiça*, 37(1), 12-16.
- Organização Mundial da Saúde. (2007). *CID 10: classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde (Vol. 1)*. São Paulo, SP: Edusp.
- Politzer, G (1928/2003) *Critique des fondements de la psychologie*. Paris: PUF.
- Pontes, M. L. S., Barcellos, T. F., Tachibana, M. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2010). A gravidez precoce no imaginário coletivo de adolescentes. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12 (1), 85-96.
- Ramos, C. (Direção). (2010) *Bagatela*. [filme] São Paulo: Pólo de Imagem. Fundação Padre Anchieta - TV Cultura. Português. Cor, AVI.
- Rauter, C. (1989). Diagnóstico psicológico do criminoso: tecnologia do preconceito. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, pp. 9-22.
- Renault E. (2004) *L'expérience de l'injustice*. Paris: La Découverte.
- Renault, E. (2008). *Souffrances Sociales: Sociologie, Psychologie et Politique*. Paris: La Découverte.

- Ribeiro, D. P. de S. A., Tachibana, M. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2008) A experiência emocional do estudante de psicologia na primeira entrevista clínica. *Aletheia*, 28, 135-145.
- Ricoeur, P. (1987). *De l'interprétation. L'Encyclopédie Philosophique*. Paris: PUF.
- Roudinesco E. & Plon M. (1998) *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Russo, R. C. T., Couto, T. H. A. M. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). O imaginário coletivo de estudantes de Educação Física sobre pessoas com deficiência. *Psicologia & Sociedade*, 21 (2), 250-255.
- Sandro, A. (2016). Crimes de bagatela. *Revista Jurídica da Universidade de Cuiabá*, 5(2), 87-94.
- Schneider, K. (1963). *Psicopatologia Clínica (2ª edição)*. Madrid: Editorial Paz Montalvo.
- Schulte, A. A. (2016). *Maternidade contemporânea como sofrimento social em blogs brasileiros*. (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas.
- Silva, J. M. (2010). *Causas econômico-sociais do encarceramento em massa*. Santa Catarina: UFSC
- Silva, F. B. (2005). *Finalidades e fundamentos do direito de punir: do discurso jurídico ao criminológico*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós Graduação em Direito, Curitiba/PR.
- Sirota, A. (2008). Humilhação social: uma reflexão sob o ponto de vista psicanalítico. *Estudos de Psicologia*, 25, 557-565.
- Sutcliffe, S., Newman, S. B., Hardick, A., & Gaydos, C. A. (2010). Prevalence and correlates of *Trichomonas vaginalis* infection among female US federal prison inmates. *Sexually transmitted diseases*, 37(9), 585.

- Stolorow, R.D., Brandchaft B. & Atwood, G. E. (2000). *Psychoanalytic treatment: an intersubjective approach*. Hillsdale, NJ Analytic Press. Brasil.
- Tachibana, M., Ambrosio, F. F., Beaune, D., & Vaisberg, T.M.J. (2014). O imaginário coletivo da equipe de enfermagem sobre a interrupção da gestação. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 17(2), 285-297.
- Tachibana, M.; Beaune, D. & Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2013). Mãe feliz, profissional infeliz: O imaginário coletivo de estudantes sages femmes sobre a sua profissão. In *Actas de II Congresso Iberoamericano / III Luso-Brasileño de Psicologia de la Salud*.
- Tiemersma, D. (1987). Merleau-Ponty's philosophy as a field theory: Its origin, categories and relevance. *Man and World*, 20, 419-436
- Treloar, C., McCredie, L., & Lloyd, A. R. (2015). Acquiring hepatitis C in prison: the social organisation of injecting risk. *Harm reduction journal*, 12(1).
- Tripodi, S. J., & Pettus-Davis, C. (2013). Histories of childhood victimization and subsequent mental health problems, substance use, and sexual victimization for a sample of incarcerated women in the US. *International journal of law and psychiatry*, 36(1), 30-40.
- Hugo, V. (1884). *Les misérables*. Carleton.
- Walsh, K., Gonsalves, V. M., Scalora, M. J., King, S., & Hardyman, P. L. (2012). Child Maltreatment Histories Among Female Inmates Reporting Inmate on Inmate Sexual Victimization in Prison The Mediating Role of Emotion Dysregulation. *Journal of interpersonal violence*, 27(3), 492-512.
- Werlang, R., & Mendes, J. M. R. (2013). Social suffering. *Serviço Social & Sociedade*, 116, 743-768.
- Winnicott, D. W. (1967). A delinquência como sinal de esperança. In. D. W. Winnicott, *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Winnicott, D. W. (1956). A tendência antissocial. In. D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

- Winnicott, D. W.(1946). Alguns aspectos psicológicos da delinquência juvenil.
In. D. W. Winnicott, *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes,
1999.
- Winnicott, D. W. (1945). Desenvolvimento emocional primitivo. In. D. W.
Winnicott, *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro:
martins Fontes, 1999.
- Winnicott, D. W. (1963). Psicoterapia dos distúrbios de caráter. In. D. W.
Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre:
Artemed, 1983.
- Winnicott, D. W. (2005). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.
- Wyse, J. J., Harding, D. J., & Morenoff, J. D. (2014). Romantic Relationships
and Criminal Desistance: Pathways and Processes. *Sociological
Forum* 29(2), 365-385.